

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUIZA BENDER LOPES

**NOVOS PARTIDOS DE DIREITA NA EUROPA: NACIONALISMO ÉTNICO E
XENOFOBIA**

Porto Alegre

2016

LUIZA BENDER LOPES

**NOVOS PARTIDOS DE DIREITA NA EUROPA: NACIONALISMO ÉTNICO E
XENOFOBIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Profa. Dra. Sonia Maria Ranincheski

Porto Alegre

2016

Lopes, Luiza Bender

Novos Partidos de Direita na Europa: Nacionalismo
Étnico e Xenofobia / Luiza Bender Lopes. -- 2016.
59 f.

Orientadora: Sonia Maria Ranincheski.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Nacionalismo Étnico. 2. Xenofobia. 3.
Radicalismo. 4. Front National. 5. Partij voor de
Vrijheid. I. Ranincheski, Sonia Maria, orient. II.
Título.

LUIZA BENDER LOPES

**NOVOS PARTIDOS DE DIREITA NA EUROPA: NACIONALISMO ÉTNICO E
XENOFOBIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Dra. Sonia Maria Ranincheski – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann
UFRGS

Profª. Dra. Tatiana Vargas Maia
UNILASALLE

Aos alunos e alunas do BIS

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, eu gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aos seus funcionários por estes cinco incríveis anos de aprendizado. Agradeço, em particular, à coordenação do Curso de Relações Internacionais, por seu esforço contínuo em transformar a graduação, sempre para o melhor aproveitamento de seus alunos. No âmbito da universidade, agradeço ainda aos colegas que comigo participaram dos projetos de extensão universitária das Relações Internacionais: UFRGSMUN Back in School (BIS), UFRGSMUNDI e Relações Internacionais para Educadores (RIPE). Os projetos modificaram a mim e a forma como vejo o mundo. As Relações Internacionais devem ser acessíveis à toda a sociedade, e os projetos de extensão são uma ferramenta maravilhosa que transpõem as barreiras colocadas entre ambos por muros reais e imaginários.

Agradeço, em particular, à professora Sonia Ranincheski por ter me orientado durante a elaboração deste trabalho e por, desde 2013, ter sido uma inspiração pessoal e profissional. Agradeço também aos membros da banca examinadora, professora Tatiana Vargas Maia e professor Luiz Gustavo Grohmann, pela disponibilidade e confiança.

A minha querida Turma 9, obrigada por tantas lembranças maravilhosas. Mais do que parceiros de curso, vocês são parceiras e parceiros de vida. Em especial, ao grupo Manas da 9, a minha gratidão inesgotável pelos conselhos e conforto. As minhas amigas Ana, Patrícia e Roberta, obrigada pela compreensão, pelos mimos, pelas risadas. Vocês me inspiraram durante cada dia dos últimos cinco anos.

As minhas amigas-irmãs, Francine e Rafaela, obrigada por sermos nós. Todas as minhas conquistas têm um pouquinho de vocês.

Por fim, eu gostaria de agradecer a minha família. Aos meus avós, Theresinha e Sérgio, por acreditarem tanto no meu potencial. E, principalmente, aos meus pais, Denise e Jorge. Algumas linhas nunca serão suficientes para expressar a gratidão que eu sinto por ter vocês. Obrigada pelo apoio, e pelo maior amor do mundo. Eu não poderia ter nascido em uma família melhor.

*“O velho mundo agoniza; o novo mundo tarda a
nascer, e, nesse claro-escuro, irrompem os monstros.”*

Antonio Gramsci

RESUMO

Esta monografia tem como principal objetivo analisar a relação entre os novos partidos radicais de direita em ascensão na Europa, e os conceitos de xenofobia e nacionalismo étnico. A partir disto, analisar a como tais temas aparecem nos conteúdos programáticos de partidos selecionados. Desta forma, o estudo será feito a partir da operacionalização destes conceitos, com a posterior aplicação nos casos do partido francês *Front National* e do partido dos países baixos *Partij voor de Vrijheid*. A apresentação destes partidos e sua posterior relação com as conceituações citadas serão feitas a partir da análise de discursos proferidos pelos líderes dos partidos. Assim, busca-se utilizar estes dois exemplos para a formação de um espectro do crescimento deste tipo de partido na Europa como um todo, assim como sua forma de atuação dentro das áreas apresentadas.

Palavras-chave: Nacionalismo Étnico. Xenofobia. Radicalismo. Front National. Partij voor de Vrijheid.

ABSTRACT

This monograph's main objective is to analyze the relation between the new radical right parties in ascension in Europe, and the concepts of xenophobia and ethnic nationalism. From this, to analyze how such themes appear in the programmatic contents of selected parties. Thereby, this study will be made by operationalizing these concepts, with the subsequent application in the cases of the French party *Front National* and the Netherlander party *Partij voor de Vrijheid*. The presentation of these parties and their subsequent relation with the mentioned concepts will be made from the analysis of speeches given by the party leaders. Therefore, it is intended to use these two instances in order to form a spectrum of the growth of this kind of party in Europe as a whole, as well as its way of acting within the areas presented.

Keywords: Ethnic Nationalism. Xenophobia. Radicalism. Front National. Partij voor de Vrijheid.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 CARACTERÍSTICAS COMUNS AOS NOVOS PARTIDOS DE DIREITA NA EUROPA OCIDENTAL (1980 - 2015).....	15
2.1 Direita, Radicalismo e Extremismo.....	15
2.2 Populismo.....	17
2.3 Nacionalismo Étnico.....	19
2.4 Xenofobia.....	23
2.5 Demais Características.....	27
3 A “FRONT NATIONAL” – UM PARTIDO EM TRANSIÇÃO (1972-2014).....	29
3.1 Ano 1980-1990: Crescimento e Consolidação.....	29
3.2 Anos 2000-2010: Declínio e Crise Financeira.....	36
3.3 2011 – 2015: Marine Le Pen e a Recuperação da Front National.....	38
4 “PARTIJ VOOR DE VRIJHEID” – A DIREITA RADICAL EM UMA SOCIEDADE COM TRADIÇÃO PROGRESSISTA (2004-2016).....	41
4.1 A Direita Radical no Início dos Anos 2000.....	41
4.2 Desempenho eleitoral do Partij voor de Vrijheid (PVV).....	43
4.3 As Origens Sociais e Culturais da Mudança no Padrão de Votos Holandês.....	48
5 CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS.....	67

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia está inserida nas áreas temáticas de Estudos Europeus e Nacionalismo, e se propõe a responder o seguinte problema de pesquisa: Como se caracterizam o nacionalismo étnico e a xenofobia dentro dos novos partidos radicais de direita e, em especial, nos partidos Front National (França) e Partij voor de Vrijheid (Países Baixos). As hipóteses trabalhadas são a de que tais elementos são centrais na composição programática dos dois partidos, e a de que a retórica destes em relação ao tema modificou-se na última década, objetivando atrair os votos de eleitores que, usualmente, evitam a associação com partidos radicais.

O objetivo principal, por sua vez, é conhecer às características definidoras dos novos partidos radicais de direita. Como objetivos secundários, buscar-se-á: i) entender como se manifestam a xenofobia e o nacionalismo étnico em cada partido, dentro dos períodos de análise selecionados; conhecer o posicionamento oficial dos líderes partidários, Marine Le Pen (Front National) e Geert Wilders (Partij voor de Vrijheid) perante estas questões; iii) compreender quão importante é a adaptação de sua retórica partidária para o aumento nas porcentagens de votos destinadas aos partidos; iv) discutir a importância de temas fora do âmbito puramente econômico e militar como influenciadores para o posicionamento dos países e de suas relações como um todo; v) produzir material esclarecedor, em português, sobre o tema e, assim, ampliar a discussão no Brasil sobre a influência dos partidos radicais de direita na modificação ideológica das sociedades.

Para isto, visa-se a análise dos conceitos 1) partido político radical de direita; 2) populismo; 3) nacionalismo étnico; 4) xenofobia; e uma análise histórica de ambos partidos políticos analisados. Com este efeito, propõe-se a divisão do trabalho de conclusão em três partes principais: a primeira conceituando suas variáveis principais e suas relações num geral, e a segunda e terceira aplicando estas conceituações dentro de cada um dos partidos políticos especificados anteriormente.

A metodologia utilizada nesta monografia, e abordagem basilar da pesquisa, é o método dedutivo, no qual parte-se de um pressuposto mais amplo para se chegar a conclusões específicas. Para tal, será feita uma operacionalização de conceitos como xenofobia e nacionalismo étnico a partir do estado da arte atual. Também, será realizada uma análise de fontes primárias, como discursos parlamentares feitos pelos líderes dos partidos, e utilizada a técnica de pesquisa de revisão bibliográfica de extenso material acadêmico com as finalidades de embasamento teórico, e produção dos estudos de caso pertinentes a cada um dos partidos supracitados. Finalmente, com da

apresentação dos resultados obtidos pelo método dedutivo, serão verificadas as hipóteses do trabalho. Por fim, a monografia será concluída, com a expectativa de aprofundamento do tema pesquisado em um futuro próximo.

De um ponto de vista prático e social, esta monografia é justificada pela atualidade e relevância global dos temas nela abordados. Passadas sete décadas desde os horrores (até então sem precedentes) observados na Segunda Guerra Mundial, as ameaças destrutivas à democracia liberal por parte da direita populista radical permanecem uma razão suficiente para um estudo extensivo deste fenômeno. A necessidade é reforçada por conflitos étnicos mais recentes, como os ocorridos na região dos Balcãs (1992), na África – especificamente, citam-se os exemplos de Ruanda (1994) e Darfur (2008) – e no sul da Tailândia (2004). Embora o escopo de análise da monografia seja o continente da Europa Ocidental e dentro deste, mais especificamente, os Estados-nação França e Países Baixos, a ascensão dos partidos de direita radicais, ou de indivíduos que incorporam os seus princípios centrais, pode ser observada nas demais regiões do mundo, como comprovou a eleição do Donald J. Trump à próximo presidente dos Estados Unidos.

Do ponto de vista acadêmico, o trabalho justifica-se, primeiramente, em virtude da importância das discussões sobre Estado no campo das Relações Internacionais. De acordo com Fred Halliday, “desde o início dos anos 1970, a maior parte do debate teórico dentro das relações internacionais enfocou a questão do Estado” (1999, p. 87). As principais correntes teóricas das RI versavam, de alguma maneira, sobre o papel do Estado: fosse defendendo a sua proeminência como autor das RI, a exemplo dos realistas, fosse refutando-a, como os neoliberais ou estruturalistas (HALLIDAY, 1999; SARFATI, 2005).

Igualmente, ele é explicado pela necessidade de análise do renascimento dos nacionalismos étnico e cívico, observada na determinação dos partidos radicais de direita em retornarem à um mundo dividido por Estados-nações – exemplificada, nos casos analisados, pelos seus posicionamentos eurocéticos. Tal paradigma – de que o mundo é, e deve continuar sendo, dividido em nações porque a nação permanece sendo a única base adequada para a existência de um Estado soberano – é o vigente entre a grande maioria dos teóricos de Relações Internacionais (MAYALL, 1990).

No entanto, previsões de que a manutenção do sistema supracitado não será permanente ocorrem desde o início da década de 80 (HOBSBAWN, 1983). O surgimento de uma infinidade de manifestações políticas e culturais, incluindo, mas não se limitando a nações sem Estado, Estados

sem nação, Estados multinacionais e Estados-Nações compartilhados, além dos Estados-nações genuínos – com âmbitos políticos e culturais razoavelmente alinhados – comprovou que o nacionalismo e as nações possuem vida própria, apesar de incorporados à projetos diferentes (MCCRONE, 2001).

Keating (2001) afirma em sua obra que o Estado-Nação tradicional estaria perdendo a sua razão de ser, em razão deste ser um produto histórico, e não um fato da natureza, que emergiu como formação política dominante em um período determinado. O final do século XIX, em particular, foi um período de intenso cultivo de símbolos nacionais como hinos, bandeiras, edifícios e cerimônias. Os Estados-nações, adaptados às circunstâncias econômicas, militares e políticas do período supracitado, foram, portanto, bem-sucedidos. A ressalva do autor, no entanto, é a de que quanto mais estes tentam controlar os seus próprios meios de destruição, mas vulneráveis tornam-se. Como resultado, ocorre hoje um aumento constante da tensão entre a soberania nacional dos Estados e o Direito Internacional. Além do mais, é difícil, nos dias atuais, realizar uma correspondência simples entre cultura e o Estado. O multiculturalismo está incorporado em praticamente todos os Estados, e “povos” que possuem uma única e distinta cultura têm na sua manutenção e defesa tarefas extremamente trabalhosas (KEATING, 2001).

No entanto, é preciso cuidado ao argumentar que o Estado-nação está sendo corroído ao ponto de extinção, uma vez que os Estados ainda são os atores-chave na geopolítica moderna, e organismos supranacionais como a União Europeia ou a Organização das Nações Unidas continuamente deixam a desejar em âmbitos de poder militar e econômico. Enquanto o Estado-nação continua sendo chave na organização da política externa, qualquer concepção de soberania que assume a sua indivisibilidade, ou o perpetuamento de seu poder exclusivo pode ser considerada defunta (OZKIRIMLI, 2000).

Keating argumenta que,

... não poderíamos resolver os problemas de nacionalidade através da cessão de um Estado próprio à cada nação, mas também não podemos eliminar a nacionalidade como base para a ordem política. Ao invés disso, precisamos abraçar o conceito de nacionalidades plurais e moldar as práticas e instituições políticas em sua conformidade (KEATING, 2001).

Ainda, esta monografia contribui para os debates teóricos sociológicos sobre o conceito de essencialismo, envolvido tanto na formação de inúmeras identidades políticas no século XX, como na constituição de outras formas de identidade como raça, gênero, orientação sexual, entre outros.

Calhoun (1997), é um dos autores que questiona o pensamento cultural e social moderno que acredita que os indivíduos são, normalmente, parte de apenas uma nação, uma raça, e um gênero, e que cada uma dessas identidades descreve com exatidão o seu ser. O autor coloca que os líderes nacionalistas utilizam frequentemente desta retórica sob o argumento de que os indivíduos devem buscar uma identidade integrada a máximo, que deve ser conservada através de um esforço supremo contra identidades políticas e culturais mais amplas.

Também, favorece o debate sobre a Teoria da Moderação, baseada principalmente no trabalho de Anthony Downs (1957). A Teoria sugere que partidos políticos extremistas possuem uma tendência a se tornarem moderados ao serem forçados a competir em eleições democráticas. Seu argumento é fundamentado pela ideia de que os partidos políticos, usualmente, possuem maior interesse em assegurar cargos políticos do que em defender sociedades ideais. Em linha com esse pensamento, os partidos políticos em lados opostos dos sistemas multipartidários como o francês e o holandês, embora mais distantes ideologicamente, são mais propensos a trabalharem juntos a fim de ganharem o poder para o seu lado do espectro.

Enquanto a tendência dos partidos do establishment seja a de isolar os partidos extremistas nos seus respectivos países a fim de sufocar suas pretensões – como o ocorrido com a Front National nas eleições presidenciais francesas de 2002 – em alguns países, como nos Países Baixos, os partidos radicais têm sido constantemente incluídos no debate político, graças a presença de muitos adeptos à Teoria da Moderação. No entanto, o Partij voor de Vrijheid vem obtendo sucessos eleitorais relativamente significativos já há três eleições, e ainda é considerado por muitos estar na extrema direita do espectro político. Assim, cabe o debate da real efetividade do arcabouço teórico apresentado.

Em razão do tempo e espaço limitados da monografia, esta pesquisa manterá seu foco somente nos partidos Front National (França) e Partij voor de Vrijheid (Países Baixos), possuindo, assim, limitações nas suas conclusões. O trabalho, no entanto, não perde a sua importância por conter relações e comparações válidas para todo o grupo de novos partidos radicais de direita, além de uma tentativa de auxílio à delimitação de tal grupo, uma vez que Rydgren (2007) afirma ser complexa a realização de tal tarefa.

Ainda, a escolha dos partidos estudados justifica-se pela importância de seus países sede (França e Holanda) para a instituição e manutenção da União Europeia – sendo ambos membros originais da organização – e, em contraste, pelo destaque que os líderes partidários de ambos vêm

recebendo, de maneira integral, em mídias convencionais e alternativas, ao defender plataformas partidárias contrárias aos valores de integração e comunhão entre nações centrais à instituição. Tal destaque é explicado, além disso, pelo fato de que tanto Marine Le Pen como Geert Wilders são fortes concorrentes a assumir as posições de Primeira-Ministra e Primeiro-Ministro em seus respectivos países nas próximas eleições parlamentares dos países, ambas em realização prevista para março de 2017.

Cabe ressaltar que, enquanto muitos partidos radicais de direita possuem um baixo nível de conteúdo programático, tanto a Front National, como o Partij voor de Vrijheid possuem programas políticos consistentes, baseados em uma compreensiva ideologia contrária ao establishment, o que descomplexificou, de certa forma, a realização deste trabalho. Além disso, grande parte do material ofertado sobre os partidos é escrito nos idiomas francês e inglês, nos quais a autora do trabalho possui fluência. Por fim, deve ser esclarecido que a denominação “novos” utilizada no título da monografia compreende ambos os partidos em função da sua constante reformulação.

Por fim, o fato de que os partidos radicais de direita possuem expressão ainda relativamente marginal nos parlamentos da maior parte dos países europeus não justifica o adiamento do seu estudo, uma vez que tais siglas costumam apresentar índices de crescimento eleitoral substanciais em curtos períodos de tempo, como exemplificam a Front National e o Partij voor de Vrijheid. A Europa está, atualmente, sendo confrontada com o fato de que alguns destes partidos estão, de fato, à beira do poder. Além disso, nas eleições parlamentares europeias de 2014, muitos partidos formaram alianças-chave que representam ameaças eleitorais claras à eficácia legislativa dos partidos políticos mais tradicionais. Estas ameaçam mudar o jogo político, forçando, inclusive, os partidos dominantes a adotarem elementos de suas agendas radicais (MUDDE, 2007).

Assim, este trabalho propõe-se a analisar como se caracterizam o nacionalismo étnico e a xenofobia dentro dos novos partidos radicais de direita e, em especial, nos partidos Front National (França) e Partij voor de Vrijheid (Países Baixos), ao mesmo tempo que analisa suas estratégias para a captação de votos nas sociedades francesa e holandesa, em especial no que diz respeito às imagens e discursos propagados por seus líderes partidários. Conjuntamente, analisa-se o fato de que o aumento das políticas anti-imigração está associado a um ceticismo de suas sociedades em relação às formas de integração entre Estados-nações e às capacidades dos partidos do establishment político destes de proverem para os seus cidadãos afetados pelo contexto de crise

econômica global desde 2008 – e a tradução de tamanha desconfiança política na ascensão de partidos menores e mais radicalizados.

Sobre a Front National, partido francês analisado no terceiro capítulo desta monografia, cabe destacar os grandes períodos de transição experimentados pelo partido, tanto em sua ideologia econômica como em suas atitudes para com segmentos tradicionalmente marginalizados na sociedade francesa. Sua data de fundação, em 1972, não exime o partido de encaixar-se no tema desta monografia, uma vez que, sob o comando de Marine Le Pen, este passou por modificações estruturais consideráveis, que incluem o rompimento público com os grandes símbolos da velha direita francesa, o distanciamento de grupos com caracterizações extremamente fascistas e racistas, e a cooptação de causas políticas e retóricas tradicionalmente utilizada por seus oponentes à esquerda do espectro político.

Sobre o Partij voor de Vrijheid, partido holandês analisado no quarto capítulo desta monografia, é extremamente importante a discussão sobre alguns questionamentos, realizados no capítulo, sobre o seu real pertencimento ao grupo dos novos partidos radicais de direita. Apesar de, temporalmente, ser uma sigla nova e que apresenta características comuns às demais siglas partidárias mencionadas, a ausência no PVV de um nacionalismo étnico óbvio e o fato de que este parece contestar a efetividade da Teoria da Moderação são argumentos de estudiosos como Mudde (2007) para evitar a sua inclusão precipitada no coletivo de partidos onde encontra-se a Front National.

2 CARACTERÍSTICAS COMUNS AOS NOVOS PARTIDOS DE DIREITA NA EUROPA OCIDENTAL (1980 - 2015)

O presente capítulo busca definir, de acordo com marcos teóricos da sociologia, da ciência política e das relações internacionais, alguns conceitos chave para o entendimento dos partidos políticos analisados no trabalho. Dentre estes estão as concepções de direita, extremismo, radicalismo, populismo, nacionalismo – étnico e cívico – e xenofobia.

Busca-se elencar as principais características ideológicas e políticas dos novos partidos de direita, atentando-se, porém, à crítica realizada por Rydgren (2007) em seu estudo sobre a sociologia dos partidos políticos europeus:

A literatura sobre a nova direita radical não obtém consenso sobre definições centrais e características ideológicas desta nova família de partidos (Fennema 1997, Mudde 1996a), apesar do quase consenso sobre quais partidos deveriam ser incluídos nesta família de partidos. (RYDGREN, 2007, p.243)

Apesar da perspectiva sombria do autor, na última década algumas características estiveram presentes de maneira constante nos partidos analisados, em especial sua tendência à utilização de mitos sobre o passado, baseados na perspectiva do nacionalismo étnico.

Tais mitos são um elemento poderoso de coesão social, proporcionando um forte sentimento de pertença. Além disso, o poder atribuído a eles vai muito além do compartilhamento de um elemento cultural. Sua força reside na capacidade de fascinar e acessar o inconsciente mais profundo dos indivíduos. Em particular, os mitos desempenham um papel vital na formação de identidades nacionais, grupais e étnicas. E, embora nem todos os mitos possam ser considerados xenófobos, muitas vezes um dos fatores de fortalecimento destes é um elemento de oposição a outros grupos e a suposição da sua superioridade sobre os demais (BOLAFFI et al, 2003).

2.1 Direita, Radicalismo e Extremismo

Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1996), partidos de direita e esquerda podem ser definidos como tal de acordo com os seus posicionamentos socioeconômicos, que dizem respeito ao grau de envolvimento do Estado na economia – tendência ao liberalismo ou socialismo econômicos – ou de acordo com os seus posicionamentos socioculturais. Questões valorativas, tais como políticas de imigração, de ordem pública e de identidade nacional são exemplos de

posicionamentos socioculturais (RYDGREN, 2007). De forma simplificada, partidos de direita seriam não-igualitários e particularistas, procurando conservar a sua autonomia dentro do Estado. Partidos de esquerda, por sua vez, seriam igualitários e universalistas, advogando por todos indivíduos independentemente de nacionalidade e demais alianças. No entanto, a partir do momento em que muitos partidos possuem características pertencentes a diferentes extremidades do espectro, a simplificação demasiada pode ser prejudicial. Além disso, a definição de quais políticas partidárias devem ser consideradas em tal avaliação pode alterar seu resultado final significativamente (EATWELL, 2004). Os novos partidos de direita são, majoritariamente, semelhantes em seus posicionamentos socioculturais, havendo algumas variações em suas ideologias econômicas. Seus projetos políticos rejeitam a igualdade individual e social, opõe-se à integração social de grupos marginalizados e apelam consideravelmente a ideias de cunho xenóforo e racista.

Uma vez determinado que os partidos analisados pertencem ao espectro da direita, a definição do que torna uma sigla partidária radical, ou mesmo extremista, é fundamental para o seu entendimento. Conforme Powell (1986), um partido extremista é aquele que “representa uma demanda de grande transformação na sociedade, seja em direção a alguma visão de futuro ou de volta a um passado idealizado”. As demandas, evidentemente, divergem do consenso de política geral exercido por seus adversários. Enquanto esta descrição encontra correspondência nos discursos da grande maioria dos novos partidos de direita, estes não costumam ser classificados como extremistas, uma vez que o consenso acadêmico é de que partidos extremistas tendem a questionar a legitimidade do sistema democrático. Desta forma, o termo extremista é destinado aos partidos antipluralistas ou monistas¹, que possuem aversão à oposição de suas ideias e à competição na arena política. Os partidos analisados neste trabalho, por sua vez, são classificados como radicais (RYDGREN, 2007).

O termo radical, no uso contemporâneo, é frequentemente associado com a direita, embora tenha se originado na outra extremidade do espectro político. Tradicionalmente, foi utilizado para os adeptos da Revolução Francesa e, atualmente, ainda é utilizado nas línguas latinas para se referir a partidos de esquerda, como o *Partie Radical de Gauche* (Partido de Esquerda Radical) francês ou, ainda, por grupos liberais progressistas como o *Radicale Partido Italiano*. Segundo Hans-Georg

¹ Monista é, em termos gerais, a ideia de se possuir um ponto de vista único acerca de questões em geral, o qual não aceita-se que seja negado por outras visões.

Betz (2002), os partidos populistas radicais de direita são “radicais” tanto no que diz respeito à linguagem que empregam para enfrentar seus adversários como no projeto político que defendem. É preciso cuidado, no entanto, com o relativismo relacionado à utilização do termo. Neste trabalho, a utilização de radical está relacionada à oposição à algumas feições-chave da democracia liberal e, igualmente, à oposição a proteção constitucional das minorias.

2.2 Populismo

O termo populismo tem origem na palavra latina “*populus*” que significa “povo” no sentido de nação. O populismo defende “o governo pelo povo como um todo”, contrastando com o elitismo, a aristocracia e a plutocracia - ideologias que implicam o governo por um grupo pequeno, privilegiado e selecionado acima das massas (seja pelo nascimento, pela riqueza, pela educação, ou demais). O populismo tem sido um fenômeno de destaque ao longo da história. Por exemplo, Júlio César e César Augusto eram parte de uma facção não-oficial no senado romano, conhecida como “Populares”, cuja agenda populista era altamente conhecida pela utilização de referendos que ignoravam as políticas senatoriais em favor da opinião do povo. Já o populismo como fenômeno moderno surge em diferentes formas, começando no século XIX. Movimentos como o populismo agrário no oeste dos Estados Unidos ou o peronismo na Argentina buscaram o aperfeiçoamento da “democracia real”. Embora o populismo na Europa seja associado principalmente aos partidos de direita, o significado central do populismo – que a democracia deve refletir a pura, e não diluída, vontade do povo – implica que o conceito pode acomodar ideologias tanto da direita como da esquerda (MUDDE, 2007).

A instituição do populismo como característica marcante dos novos partidos radicais de direita está diretamente relacionada à transformação no debate político, de maneira geral, na Europa Ocidental. Até o final da década de 70, os partidos políticos costumavam distinguir-se uns dos outros ao oferecer visões essencialmente ideológicas de uma futura sociedade ideal. O crescimento dos sentimentos de pessimismo, ansiedade e insatisfação nas populações europeias, no entanto, demonstrou que os eleitores modernos privilegiavam programas orientados por problemas específicos e valores. Preenchendo tal lacuna, os partidos populistas apelam para o senso comum das pessoas comuns, atendendo aos eleitores mais interessados em expressarem suas queixas do que resolverem problemas da sociedade como um todo.

Ainda, os partidos de direita radical estudados (Front National e Partij voor de Vrijheid) são populistas por segmentar a sociedade em apenas dois grupos homogêneos e distintos. São estes o grupo das pessoas puras – representadas pelas siglas populistas - e, em oposição, o grupo das elites corruptas. No caso analisado, no entanto, cabe destacar que não somente a elite, como imigrantes, minorias étnicas e outros grupos também são alocados no grupo dos indivíduos corruptíveis. Segundo Pelinka (2013):

Já que o inimigo – o estrangeiro, a cultura estrangeira, já conseguiu invadir a fortaleza do Estado-nação, alguém deve ser responsabilizado por isso. As elites são um grupo secundário da definição “outros”, responsáveis pelas políticas liberais democráticas que aceitam a diversidade cultural. A resposta populista para as complexidades de uma sociedade cada vez mais pluralista não é o multiculturalismo. Este é visto como uma receita para desnacionalizar a (própria) nação, para desconstruir as (próprias) pessoas. (PELINKA, 2013, p. 8 apud WOODAK, 2015, p. 3)

Os partidos apresentam-se como anti-establishment e como opositores à classe política dominante em geral, enquanto procuram ativamente não parecer antidemocráticos, uma vez que, quando a maior parte do eleitorado é favorável à democracia, tal imagem pode alimentar estigmas e ser extremamente prejudicial. Cabe ressaltar que os partidos populistas anti-establishment buscam criticar aqueles que ocupam o governo por focarem em tópicos obsoletos, não dedicando atenção suficiente a impasses associados com conflitos reais, como o antagonismo entre a manutenção da identidade nacional e o incentivo ao multiculturalismo (RYDGREN, 2007).

É importante destacar que o populismo radical de direita pode ser dividido em dois tipos ideais, o populismo neoliberal e o populismo nacionalista, e que a grande maioria dos partidos substituiu gradualmente o primeiro pelo último durante a década de 80. O que diferencia a ambos é o peso relativo atribuído a cada elemento do seu programa. O populismo neoliberal possui sua base no modelo produtivo-liberal que emergiu ao final da década de 70, quando os governos do establishment falharam em responder aos choques de petróleo de 1973 e 1979. Já o populismo nacionalista, cuja ascensão mostrou-se definitiva ao final da década de 80, fundamenta-se no potencial eleitoral e na reação popular ao aumento dos índices de imigração para a Europa.

A transição entre as concepções de populismo neoliberal e populismo nacionalista ocorreu, em grande parte, devido ao fato de que o primeiro, cuja contribuição para redução da inflação e da estagnação econômica nos países estudados foi considerável, havia deixado uma herança negativa no aumento dos índices de desemprego e na marginalização de determinados grupos sociais.

De acordo com Spierings (2015), o populismo é uma ideologia frágil, que deve ser anexada a concepções mais completas. Deste modo, ele pode ser acoplado ao socialismo, ao liberalismo ou ao nacionalismo, manifestando-se de diferentes formas. Enquanto o populismo de esquerda na América Latina concentra-se na inclusão econômica, o populismo de direita na Europa foca-se na exclusão cultural. No caso dos partidos radicais de direita, o populismo é combinado com o autoritarismo e, de maneira mais importante, com o nativismo. Mudde (2007), define o nativismo como uma ideologia que sustenta que os Estados devem ser habitados exclusivamente por membros do seu grupo nativo, e que os elementos não-nativos (pessoas e ideias) são fundamentalmente ameaças ao Estado-nação. Assim, o nativismo é essencialmente uma combinação de nacionalismo étnico e xenofobia. Desde o 11 de Setembro de 2001, a maior parte dos partidos populistas radicais de direita têm focado no Islã como principal ameaça às nações ocidentais, argumentando que os valores islâmicos estão em desacordo com os valores democráticos liberais como a autonomia do indivíduo, da democracia, a igualdade entre homens e mulheres, a liberdade de expressão e a separação entre a Igreja e o Estado.

2.3 Nacionalismo Étnico

Segundo Smith (2003), a determinação de um período a partir do qual se originaram as nações é um dos maiores objetos de discussão nos estudos de etnicidade e nacionalismo, uma vez que a resposta esclareceria se estas são um fenómeno de um período histórico em particular. No passado, assumia-se que a maior parte das nações eram antigas, podendo ser rastreadas até a Antiguidade ou começo da Idade Média, e que, após alguns séculos de invisibilidade, a Idade Moderna testemunhava a sua renovação. De acordo com tal concepção, a nação seria perene e imemorial.

Após a Segunda Guerra Mundial, no entanto, a utilização e perversão do nacionalismo para os fins próprios de alguns ditadores fascistas contribuiu para a desconstrução do paradigma perene das nações e do nacionalismo. Além disso, os processos de descolonização na Ásia e na África, e os processos criativos de formação de nações que passaram a ser conhecidos como “nation-building” contribuíram, igualmente, para a percepção de que as nações seriam socialmente construídas e, portanto, um fenómeno moderno. Ainda, como criações da Idade Moderna, as nações, assim como o nacionalismo, seriam uma resposta, e, identicamente, um produto dos novos

processos históricos da modernização, como o capitalismo, o industrialismo, a urbanização rápida, o Estado burocrático, a democracia de massa e a secularização, entre outros (SMITH, 2003).

Em partes iguais fenômeno empírico, conceito político e conceito social, o nacionalismo não possui uma única definição aplicável a todos os casos em que foi identificado. Em “Nacionalismo”, Craig J. Calhoun argumenta que o fenômeno é uma formação discursiva, também conhecida como intradiscorso, composta por vários conceitos subentendidos em sua estrutura que apontam para uma tendência predominante. O autor concorda com Benedict Anderson quando este enfatiza a construção sistemática da identidade nacional (CALHOUN, 1997).

Anderson (1983), por sua vez, afirma que os conceitos de nação, nacionalidade e nacionalismo provaram-se incrivelmente difíceis de se definir e analisar. Para o autor, existe um contraste entre a imensa influência que o nacionalismo exerceu no mundo moderno, e a quantidade de teorias plausíveis a seu respeito. Porém, a nacionalidade e o nacionalismo são ambos artefatos culturais de um tipo particular e, para entendê-los, é preciso considerar como eles adquiriram seus significados históricos, de que forma estes mudaram ao longo do tempo, e porque eles comandam tamanha legitimidade emocional (ANDERSON, 1983).

A nação, por tanto, para Benedict Anderson é:

... uma comunidade política imaginada – e imaginada inerentemente como limitada e soberana; imaginada porque os membros de mesmo a menor das nações jamais saberão quem são a maioria de seus companheiros, ou virão a conhecê-los, porém nas mentes de cada um vive a imagem da sua comunhão (ANDERSON, 1983).

Gellner (1983) e Hobsbawn (1983), que também podem ser considerados modernistas, não consideram, igualmente, a nação como uma entidade social originária ou imutável, pertencendo esta a um período particular e historicamente recente. Apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado-Nação”, pode ser considerada uma entidade social. Utilizando do argumento de Gellner, Hobsbawn enfatiza o elemento de invenção e engenharia social que entra na formatação das nações, considerando-as um mito utilizado para a classificação dos homens (HOBSBAWN, 1983).

O argumento da contemporaneidade do conceito nacionalismo é, no entanto, circular, uma vez que pressupõe a modernidade de um fenômeno que é produto da Era Moderna. De acordo com Smith (2003), a tese de que as nações são modernas e o produto da "modernização" deveria ser estabelecida independentemente da sua definição modernista, e especialmente da sua natureza

presumida de "criação". Se, por exemplo, a nação fosse definida como um grupo de seres humanos que ocupam um território histórico e partilham mitos, memórias e cultura comuns, e fosse possível demonstrar que tais grupos só podem ser encontrados no "mundo moderno", e apenas neste caso, a tese modernista poderia ser defendida. Um tipo de definição mais amplo e neutro, por sua vez, sugeriria que as nações seriam encontradas em todas as épocas históricas, formando-se em resposta a uma variedade de processos sociais e, portanto, que o conceito de nação não era historicamente recente ou sociologicamente novo (NASCIMENTO, 2003) .

Walker Connor (1994) foi um dos primeiros e maiores críticos das fraquezas do nacionalismo moderno, pois este presumia que os processos de mobilização social e de comunicação de massa criariam uma tendência na qual a cultura dos grupos dominantes assimilaria a dos grupos menores, ignorando o elemento psicológico crucial da etnicidade e baseando o desenvolvimento das nações e do nacionalismo em termos das trajetórias dos Estados-nação ocidentais dominantes. O objetivo maior de sua crítica era a necessidade de retornar à raiz das nações que, para Connor, seria o vínculo psicológico que une seus membros. Este, por sua vez, só poderia ser encontrado através da distinção clara entre Estado e nação, e entre o patriotismo – o amor ao Estado territorial – e o nacionalismo – o amor à nação étnica.

A nação, em seu sentido originário, seria o grupo dos povos que acreditam que são ancestralmente relacionados. É importante destacar, porém, que o mito da descendência étnica não deve ser confundido com a verdadeira descendência biológica, uma vez que a maioria das nações é produto de muitas variedades étnicas. Apesar disso, Connor acreditava que a história cronológica não seria a chave da nação, mas sim a sua história sentida. Tal convicção é baseada em uma consciência poderosa e não-racional (mas não irracional) dos seus membros.

É esta distinção crucial entre Estado e nação, e entre patriotismo e nacionalismo, que leva Connor a criar um termo para o sentido original e primitivo do nacionalismo, ou seja, o nacionalismo étnico. O uso deste termo atravessa a moderna dicotomia contemporânea do nacionalismo "cívico" e "étnico". Connor afirmou que havia apenas um tipo de nacionalismo, o nacionalismo étnico; e este teria reanimado os grupos étnicos minoritários da Europa Ocidental e do Canadá, e mais tarde na ex-União Soviética. O autor considera o nacionalismo chamado cívico como, realmente, apenas patriotismo; trata-se de um tipo de lealdade racional, podendo assim ser explicado, ao contrário do nacionalismo étnico (SMITH, 2003).

Apesar de suas críticas, Walker Connor ainda é considerado modernista por acreditar que a ideologia do nacionalismo inclui a crença na soberania popular, a primazia política do povo. É o casamento desta com a etnicidade que formaria a doutrina da autodeterminação nacional. De acordo com o autor, o apelo às pessoas como fonte legítima de poder é recorrente desde 1789, quando ocorreu a Revolução Francesa – que demarca o início da Era Moderna. Por isso, antes disso não houveram nacionalismos e, portanto, nenhuma nação.

Conforme Maia (2015), quando um Estado enfatiza consentimento, vontade e ideologia política acima de raça e ancestralidade como as características definidoras para a aceitação dentro da sua comunidade política, ele está privilegiando um entendimento cívico de nação ao invés de um entendimento étnico de nação. Isso indica, na prática, o grau de abertura do acesso à nação, uma vez que é mais fácil tornar-se membro de uma nação cívica. Um indivíduo sempre pode estar disposto a participar de um Estado respeitando e participando de suas instituições políticas. É impossível, no entanto, adquirir uma raça ou ancestralidade diferente para satisfazer exigências mais específicas de cidadania.

No quesito de assimilação cultural, uma nação que privilegia o nacionalismo cívico, teoricamente, ou não estimularia políticas de assimilação – que exigem a adaptação às preferências culturais da maioria, ou, ainda, estimularia a promoção de culturas minoritárias e o multiculturalismo. Já em relação à imigração, as nações cívicas possuem a tendência a promover políticas de imigração abertas, que independem da origem cultural ou étnica dos imigrantes. O Estado, portanto, possui uma abordagem o mais culturalmente neutra possível, promovendo direitos individuais, e não coletivos (SCHULMAN, 2004, p.560 apud MAIA, 2015, pg. 236).

O nacionalismo étnico, por sua vez, possui uma descrição quase completamente oposta a anterior. O Estado busca promover a cultura do grupo étnico dominante, e desencoraja a assimilação. É importante destacar, porém, que seus motivos para evitar a assimilação são diferentes dos encontrados nas nações cívicas. Eles refletem a concepção de que os imigrantes e minorias indesejados jamais farão parte, verdadeiramente, da nação. A nação étnica ainda promove políticas migratórias extremamente restritivas, preferindo migrantes etnicamente semelhantes – a maioria nacionais deslocados ou descendentes diretos destes. Tais preferências estão alinhadas com o fato de que o nacionalismo étnico retira muito de seu poder emocional da noção de que os membros da nação são parte de uma família estendida, unida por laços de sangue (MULLER, 2008, apud MAIA, 2015, pg. 236).

Os novos partidos radicais de direita europeus partilham uma ênfase programática baseada no nacionalismo étnico e, especialmente, na criação de mitos sobre o passado distante. Seu programa busca fortalecer à nação através de sua homogeneização étnica e do retorno aos chamados valores tradicionais, sendo os direitos individuais dos cidadãos secundários aos objetivos nacionais (RYDGREN, 2007).

Estes partidos evocam diferentes passados nacionalistas sob a forma de identidades narrativas, utilizando a sua idealização como forma de enfatizar uma série de diferentes temas controversos na política. Enquanto alguns partidos historicamente famosos de direita radical obtiveram apoio exibindo uma relação ambivalente com passados fascistas ou nazistas, os novos partidos radicais de direita mantêm seu foco exclusivamente na percepção da ameaça que a presença de estrangeiros, especialmente muçulmanos, gera à manutenção da identidade nacional.

Cabe a ressalva de que, enquanto todos os partidos populistas radicais de direita são nacionalistas, apenas uma pequena parte dos partidos nacionalistas são populistas, radicais ou de direita. A direita radical populista é uma forma específica de nacionalismo que exclui os nacionalistas não-xenófobos, o que inclui muitos dos movimentos históricos nacionalistas do século XIX, e, igualmente, os nacionalistas elitistas e intelectuais (WOODAK, 2015).

A fim de simplificar o debate promovido pela seção até então, podemos resumir o nacionalismo cívico como composto pela união de diferentes elementos, dentre os quais o território, a cidadania, a vontade e o consentimento, a identificação ideológica, o respeito pelas instituições políticas e os direitos adquiridos. Já o nacionalismo étnico possui apenas dois componentes chaves, sendo estes a ancestralidade e a raça (SHULMAN, 2002).

2.4 Xenofobia

O termo xenofobia tem origem nas palavras gregas *xenos*, que significa “estrangeiros”, e *fobos*, que significa “fobia”. Tal sufixo demonstra que a palavra possui um sentido psicopatológico, uma vez que a fobia é uma relação desproporcional e inconsciente a um perigo muitas vezes imaginado, e que pode levar a comportamentos ilógicos e incontroláveis – não devendo, assim, ser confundida com o “medo”, associado a perigos reais. No cotidiano, a xenofobia é muito associada ao racismo, e a definição clara das facetas divergentes dos dois termos é complexa (BOLAFFI et al, 2003). No trabalho, no entanto, a xenofobia é abordada como uma reação arquetípica,

mantendo-se o foco no fato de o medo incontrolável de estrangeiros está profundamente enraizado na história dos indivíduos e das sociedades.

Os estrangeiros têm sido objeto de temor desde tempos imemoriais. A explicação para tal está no fato de que estes, em geral, vêm de longe e trazem consigo línguas e costumes desconhecidos. Historicamente, os estrangeiros frequentemente chegam a outro país procuram subsistência e com intenções hostis, o que contribui, igualmente, para sua percepção enquanto ameaça. Assim, a fobia de estrangeiros está enraizada no inconsciente não somente de indivíduos, mas de populações inteiras, e é, além disso, consistentemente retratada na arte e na literatura, além de ser transmitida através de crenças populares.

Do ponto de vista psicológico, portanto, o estrangeiro é inicialmente percebido principalmente como o Outro, e só é visto de forma mais objetiva como alguém vindo de outro país - seja como convidado ou como invasor - uma vez que ultrapassemos essa resposta inicial. A compreensão do processo de construção da identidade em termos psicológicos é essencial para a análise de reações xenófobas; o indivíduo precisa do Outro para se definir e construir a sua identidade, embora ao fazê-lo muitas vezes não perceba que, para o outro, somos nós que somos o Outro. A construção da identidade requer uma tensão dialética entre esses dois pólos e envolve um processo de projeção que às vezes pode ser sentido como um perigo de perder-se no Outro (BOLAFFI et al, 2003).

No continente europeu, as reações xenófobas estão diretamente relacionadas ao aumento do contingente de imigrantes recebido por todos os países nas últimas décadas, e possuem, usualmente, duas grandes justificativas. A primeira está no temor da população nativa da perda de empregos para os imigrantes, estimulada pelo costume de grandes empresas de deslocarem-se para países em desenvolvimento, onde os trabalhadores estão, em geral, dispostos a trabalhar mais por menos. Esta percepção, porém, possui pouco fundamento, uma vez que a maior parte da força de trabalho imigrante possui pouca escolaridade, ocupando vagas de trabalho que a população nativa tem, com cada vez mais frequência, recusado. Cabe destacar, no entanto, que a atitude da população da Europa Ocidental em relação a estes empregos sofreu uma modificação devido a recente crise econômica. Ainda assim, estudos indicam que os trabalhadores estrangeiros ainda são os mais afetados pela redundância causada pela racionalização e modernização das economias avançadas. Segundo Bentz (1994), os imigrantes têm, portanto, contribuído para o aumento dos índices de desemprego na Europa Ocidental, mas tal contribuição está menos baseada no fato de que estes

sequestram empregos dos habitantes nativos, e mais baseada no fato de que estes não possuem a qualificação profissional necessária para competir com sucesso em um mercado de trabalho que constantemente se modifica. Ademais, a acusação de que os imigrantes representam um custo líquido excessivo para as economias europeias avançadas é uma distorção da verdade. Ela ignora as contribuições significantes feitas por trabalhadores imigrantes, quando muitos desempenharam um papel vital no estabelecimento das bases para a prosperidade econômica.

A segunda grande justificativa é a noção de que os imigrantes contribuem significativamente para o aumento da violência e da criminalidade. Recentemente, os europeus ocidentais têm preocupado-se cada vez mais com a questão da segurança. Enquanto as estatísticas europeias demonstram, de fato, um aumento no número de crimes cometidos por estrangeiros, algumas considerações importantes devem ser feitas. Primeiramente, é inegável que grande parte dos imigrantes compõe uma subclasse urbana crescente, que está mais suscetível a cometer pequenos crimes devido aos índices de desigualdade observados pelos seus integrantes. Em segundo lugar, é inegável que estrangeiros são mais sujeitos a serem denunciados e detidos por seus crimes. Por fim, uma grande proporção dos crimes cometidos por imigrantes está relacionada a violações das leis de asilo e de requisição de residência, e passagens ilegais por fronteiras (BENTZ, 1994).

Estudos sobre o “Outro” revelam que um número crescente de europeus ocidentais associa alteridade, em termos de cultura e religião, com muçulmanos, turcos e norte-africanos. Estes possuem a tendência a uma baixa classificação nos índices de acordo com preferência por parte dos entrevistados da Europa Ocidental. Particularmente no caso dos muçulmanos, a exposição a uma cultura estrangeira levou a, mais do que uma sensação de contrariedade, hostilidade clara. Graças à difusão do fundamentalismo militante, um número crescente de europeus associa o Islã à intolerância e ao fanatismo.

Cabe destacar, no entanto, que esta não é a única, ou mais importante, razão para os temores relacionados ao Islã. Estudos indicam que os muçulmanos - enquanto grupo - passaram a representar para os europeus as extensas alterações nos padrões demográficos globais e seus efeitos adversos sobre a sociedade europeia ocidental. Com a interrupção do crescimento da população autóctone, os europeus observam com receio a explosão virtual das populações dos países em desenvolvimento. O resultado é uma preocupação constante de que, dentro de poucas décadas, uma Europa progressivamente despovoada será confrontada por um Sul fortemente superlotado. O

confronto com as realidades sociais trazidas por uma nova era de interdependência econômica, ecológica e política global transforma aos imigrantes em bodes expiatórios para aqueles que se sentem objetiva ou subjetivamente ameaçados pela ideia de mudança.

Ainda, cabe destacar que as estatísticas revelam uma imagem diferente da criada pelo inconsciente europeu. Ao longo do tempo, as taxas de fertilidade das populações imigrantes na Europa Ocidental têm diminuído acentuadamente, graças a tendência dos estrangeiros de assimilarem o seu comportamento reprodutivo ao da população europeia indígena.

Além de raízes culturais, a xenofobia europeia possui, igualmente, uma base social em constante modificação. No início da década de 80, a hostilidade em relação aos estrangeiros era particularmente pronunciada entre pessoas com níveis reduzidos de educação, entre as gerações mais velhas e também entre os operários. Conforme Bentz (1994), menos de 30 por cento daqueles que tem apenas educação primária são favoráveis à integração de estrangeiros às suas comunidades. Uma análise dos indivíduos com educação avançada, no entanto, observa, para a mesma questão, um índice quase 70 por cento. O autor considera, igualmente, que se as ações contrárias aos imigrantes são associadas à manifestações violentas ou de intolerância aberta, estas são significativamente menos apoiadas por mulheres do que por homens. Neste caso, as mulheres pertencem, em geral, aos grupos sociais mais liberais.

Por fim, Zeisset (2016) examina a ideia de que a religião é um determinante de atitudes racistas ou xenófobas. O tema, bastante pesquisado dentro da psicologia e da literatura religiosa, gera desacordo entre os especialistas. Enquanto estudiosos argumentam que pessoas intrinsecamente religiosas internalizam valores relacionados à compaixão e à tolerância, aqueles que são extrinsecamente religiosos tendem a ser mais utilitários e dogmáticos, e, portanto, mais preconceituosos, especialmente em relação aqueles que enxergam como o Outro. Além disso, pesquisas recentes manifestam a tendência de que pessoas religiosas em países protestantes são mais tolerantes do que seus pares em países católicos e religiosamente homogêneos.

A despeito do considerável apoio a movimentos racistas, números preocupantes de ataques físicos contra imigrantes e refugiados, e um aumento geral de casos de revisionismo histórico, como a negação do Holocausto, estudiosos na década de 90 ainda relutavam em comparar a xenofobia contemporânea com o racismo que caracterizava o nazismo ou os movimentos de supremacia branca. Segundo Bentz (1994), a análise dos exemplos acima citados refletiria o desejo da população das sociedades abastadas da Europa Ocidental de proteger as suas ilhas de

prosperidade contra um mundo exterior marcado pela pobreza, destruição ambiental e violência étnica. Fatigados pelas batalhas culturais e políticas do final da Guerra Fria, os cidadãos europeus estariam pouco dispostos para enfrentar os novos conflitos sobre a composição cultural em mudança das suas sociedades. Assim, a maioria recusa-se a deixar de ver os estrangeiros como convidados ao invés de cidadãos, e, acima de tudo, exige o respeito dos seus costumes e que as visitas não se tornem um problema financeiro.

2.5 Demais Características

Os novos partidos populistas de direita europeus possuem outras características em comum além de seu caráter nacionalista e populista, e a sua tendência às políticas econômicas de cunho liberal ou neoliberal. No entanto, estas possuem variações, a exemplo do nível de conservadorismo de cada partido. Enquanto a Front National (FN) é contrária à legalização do aborto, o Partij voor de Vrijheid (PVV) afirma que não possui a intenção de modificar direitos já adquiridos pelas mulheres. Por este motivo, a comparação entre as particularidades de cada partido não cabe à proposta de análise deste trabalho. Ainda é necessário mencionar, no entanto, uma característica presente em todos os partidos estudados: o euroceticismo.

O euroceticismo é um comportamento crítico e de extrema oposição à União Europeia. Sua origem está na noção de que a integração enfraquece o Estado-nação, e no desejo de que, portanto, tal aproximação seja interrompida ou, ao menos, desacelerada. Outras motivações incluem a percepção de que há um déficit democrático na União Europeia, e o excesso de burocracia atrelado à organização. Usualmente, o euroceticismo é classificado em “duro” e “brando”. Entre os adeptos do primeiro, estão os partidos políticos que se opõem à União Europeia por princípio e, portanto, acreditam que seus países devem deixar de ser membros. O segundo grupo não se opõe à organização ou à integração europeia, mas a políticas específicas da União Europeia que venham a contradizer a sua definição de quais são os interesses nacionais do país (TAGGART, 2000).

Chama à atenção o fato de que ambos países dos partidos estudados façam parte do grupo de fundadores originais da União Europeia. Tanto a Front National (França), como o Partij voor de Vrijheid (Holanda) possuem valores condizentes ao euroceticismo duro, ou ainda, a eurofobia. No entanto, cabe destacar que, embora estes novos partidos populistas de direita estejam em ascensão, a quantidade de votos e cadeiras do Parlamento Europeu destinados a eles ainda é relativamente

pequena. Ainda assim, com o aumento do euroceticismo, das pressões econômicas e do constrangimento pela ausência de soluções para a crise de migração vivenciada pelo continente europeu, o debate sobre o futuro da União Europeia é, cada vez mais, pautado por ideias que colocam em risco sua integração.

É a partir desta revisão de conceitos importantes, que se introduzem as próximas sessões, específicas sobre os dois partidos analisados. Busca-se, desta forma, confirmar a base teórica geral e a interligação do crescimento dos partidos ao aumento da xenofobia etnonacionalista na Europa Ocidental. Como já mencionado, os novos partidos populistas de direita europeus possuem diversas características, sendo apresentadas neste capítulo apenas aquelas que tornam coeso o grupo de partidos analisados. Através destes, porém, é possível a criação um panorama satisfatório da ascensão de tais partidos.

3 A “FRONT NATIONAL” – UM PARTIDO EM TRANSIÇÃO (1972-2014)

O presente capítulo tem como objetivo apresentar os três grandes momentos de transformação do partido francês Front National, fundado por Jean-Marie Le Pen em 1972. Estes são sua transição política entre o populismo neoliberal e o populismo nacionalista, momento no qual consolidou-se enquanto sigla partidária, o declínio ocorrido após as eleições presidenciais de 2002, e a repaginação do partido sob a presidência de Marine Le Pen, após 2011.

A FN começou a sua trajetória como a união de diversos grupos extremistas de direita. A maior parte dos seus membros, no entanto, era parte da *Ordre Nouveau*². Anticomunista, anticapitalista, militarista e xenófobo, o grupo possuía dois objetivos: a subversão do sistema democrático existente para a criação de uma ordem social e política autoritária e neofascista, e o estabelecimento do verdadeiro nacionalismo europeu fundado na noção da superioridade da civilização Ocidental (BUZZI, 1991). Dentro do grupo, Le Pen representava à ala conservadora e populista, cuja origem era o esforço para a manutenção do controle francês sobre a Argélia. Após a saída dos membros mais radicais da *Ordre Nouveau* para um partido rival, o *Parti des Forces Nouvelles* (PFN), a Front Nacional obteve uma performance eleitoral pífia. Le Pen, que ambicionava concorrer à presidência em 1978, não conseguiu nem mesmo as 500 assinaturas necessárias para coloca-lo na votação, e o partido recebeu menos de 0.2 por cento dos votos nas eleições legislativas.

Alguns anos mais tarde, no entanto, a FN já havia aumentado seu suporte em mais de 11 por cento dos votos na eleição europeia de 1984. Os resultados foram uma primeira expressão do crescente descontentamento político e social na França, que se traduziu em votos para os partidos tradicionalmente de direita.

3.1 Ano 1980-1990: Crescimento e Consolidação

O crescimento da popularidade da Front National foi diretamente proporcional as falhas nas políticas econômicas empregadas pelos socialistas franceses que assumiram o governo em 1981. Na tentativa de construir as bases de um modelo francês de socialismo democrático, foram instituídas reformas nas legislações industrial e trabalhista, além de uma política abrangente

² Grupo revolucionário nacionalista fundado em resposta ao movimento estudantil do final da década de 60 (Bentz, 1994).

Keynesiana. De maneira oposta aos objetivos do governo, as políticas promoveram deslocamento econômico e uma taxa persistentemente elevada de desemprego, apesar de numerosas ações de formação e qualificação dos trabalhadores.

Com a ascensão do Thatcherismo³ na Grã-Bretanha, o modelo neoliberal tornou-se dominante no continente, assim como a noção de que o problema da estagnação econômica era resultado da alta intervenção do Estado e dos sindicatos na economia. Neste ínterim, a Front National, inicialmente ultraliberal, realizou uma conversão em suas políticas econômicas, promovendo um capitalismo popular baseado na noção de que a França deveria ser, antes de tudo, francesa. Para os seus integrantes, haveria uma conexão natural entre a manutenção da propriedade e a criação de raízes. Segundo Bentz (1994):

A argumentação do partido era de que somente dos que possuíssem raízes em uma determinada cultura e comunidade poderiam ser esperados responsabilidade, respeito pelo patrimônio nacional e deferência pela liberdade dos outros. Daqueles desenraizados de sua própria cultura, ou sem disposição a se identificar com a cultura francesa e seus valores, por sua vez, só poderia ser esperado um agir de forma irresponsável e sem respeito pela lei. Por esta razão, o liberalismo de mercado seria incompatível com a imigração, e também com grandes empresas orientadas para a exportação, corporações multinacionais e grandes empresas financeiras globais, que estariam apenas interessadas em obter o máximo de benefícios a qualquer preço, abrindo portas para imigrantes do Terceiro Mundo em detrimento dos mesmos, dos interesses europeus e do futuro as políticas europeias (BENTZ, 1994).

Nas eleições europeias de 1984, a FN tornou-se o quarto maior partido na França. Os resultados foram amplamente confirmados nas eleições legislativas de 1986 quando, superando o Partido Comunista, a Front National galgou mais uma posição, assumindo o lugar de terceiro maior do país. Um sucesso ainda maior foi alcançado na eleição presidencial de 1988, quando Le Pen recebeu um número de votos quase semelhante aos resultados obtidos por seus concorrentes de centro-direita. Considerado um candidato menor no início do processo eleitoral, o líder da Front National emergiu da primeira rodada da eleição como o claro vencedor.

Com o crescimento dos índices de desemprego e o agravamento da posição da França na economia global, no entanto, o partido eventualmente abandonou sua posição neoliberal em favor de política compreensiva de preferência nacional. Bruno Mégret, vice-presidente do partido, foi o responsável por coordenar uma campanha partidária em favor da taxação de todos os produtos

³ Termo que designa a linha de pensamento que segue àquela de Margaret Thatcher, ex-primeira ministra do Reino Unido pelo Partido Conservador Inglês, entre 1979 e 1990.

agrícolas que entrassem em território francês. Além disso, o partido foi favorável à suspensão da participação do país por dois anos nas negociações do GATT⁴.

O protecionismo econômico alinhou o programa do partido com a questão central de sua agenda nacionalista – a imigração. Para Jean-Marie Le Pen e a Front National, a identidade nacional, que havia evoluído durante mil anos de história, era transmitida de geração em geração. Pertencer à França, de acordo com o líder do partido, era pertencer a uma corrente que conectava o passado ao futuro (BENTZ, 1994).

Gosto mais de minhas filhas do que de minhas sobrinhas; mais de minhas sobrinhas do que de meus vizinhos; mais de meus vizinhos do que de desconhecidos; mais de desconhecidos do que de meus inimigos. Consequentemente, eu prefiro aos Franceses, esse é o meu direito. Depois, prefiro aos Europeus, e então aos Ocidentais, e por fim gosto mais, dentre todos os países do mundo, daqueles que são aliados e que gostam da França. (LE PEN, 1989).

O grupo notadamente menos apreciado por Le Pen e pela Front National era o composto por muçulmanos norte-africanos que haviam se estabelecido na França. Entre as justificativas apresentadas pelo líder da FN, estavam a alta taxa de natalidade da comunidade, que ameaçaria “condenar os franceses a tornarem-se uma minoria em seu próprio país” (LE PEN, 1985, pp. 112-114 apud TAGUIEFF, 1984, p. 134) e o fato de que seus membros, originários de sociedades consideradas fechadas, reivindicavam o direito de manter suas práticas culturais, negando o processo de assimilação que era regra na sociedade francesa. A rejeição do multiculturalismo por parte da FN partia do pressuposto de que quando diferentes populações entrassem em contato, o resultado inevitável deste seria uma guerra racial.

Segundo Todd (2015), sob a presidência de Charles de Gaulle (1959 a 1969), o ideal dominante na França era o de igualdade entre nações e povos. Enquanto a identificação de sentimentos de inferioridade – em relação a uma Alemanha economicamente vitoriosa – e superioridade – em relação às colônias francesas – era possível, a regra universalista era aplicada a todos. Tal princípio ideológico foi sendo gradualmente substituído até a produção de uma ordem hierárquica, na qual o mundo árabe, percebido como inferior, deveria ser modernizado ou marginalizado. Os dois movimentos eram observados pela reorganização desigual da mentalidade da elite dominante.

⁴ Sigla em inglês do Acordo Geral sobre Aduanas e Comércio, que funciona desde 1947 como um fórum multilateral para a decisão de tópicos da área de comércio internacional.

Uma análise do deslocamento do eleitorado de classe baixa para à extrema direita, no entanto, prova que o conceito de islamofobia⁵ não se aplica, de fato, ao período entre 1980 e 1990. A xenofobia observada à época era, também, universalista, muito focada no modo de vida árabe, e não no Islã - visto de maneira abstrata seja como religião ou como ideologia. O termo mais preciso seria, portanto, antiarabismo. Apenas após o desenvolvimento de preocupações diferencialistas nas classes médias francesas, o muçulmano substituiu o árabe nas apreensões dominantes. O antiarabismo, igualitário em sua motivação, pertenceria à classe baixa, enquanto a islamofobia, não-igualitária, pertenceria à burguesia (TODD, 2015).

Logo após as eleições presidenciais de 1988, Jean-Pierre Stirbois, secretário-geral da Front National e um dos principais arquitetos do seu sucesso eleitoral, faleceu em um acidente automobilístico. A morte de Jean-Pierre foi um marco do começo de um período de estagnação para o partido, cuja imagem pública parecia estar em declínio. Nas eleições cantonais⁶ prévias, em 1989, o partido obteve um número baixo de votos até mesmo em lugares nos quais, tradicionalmente, possuía bons resultados. De acordo com Shields (2007):

De encontro a uma administração socialista convertida em economia de mercado, controles mais rígidos sobre imigração, políticas firmes de lei e ordem, e relações mais consensuais com (os partidos de) centro-direita, era imperativo à Front National revisar sua posição de oposição (ao establishment). A queda do Muro de Berlim em 1989 e a desintegração da União Soviética também minariam o anticomunismo que ocupava espaço central na missão do partido desde a sua formação em 1972. O período após as eleições de 1988 foi um ajuste às novas variáveis políticas internas e no exterior. Foi, também, um período de testes para a coesão interna da FN.” (SHIELDS, 2007, tradução da autora)

Ainda, no outono de 1989, um evento que poderia ser considerado banal assumiu a proporção de uma crise nacional. Por recusarem-se a remover seus lenços islâmicos na sala de aula, três alunas muçulmanas foram suspensas de uma escola estadual no norte de Paris. O diretor, Ernest Chinière, que viria a ser deputado do Reagrupamento para a República (RPR), considerou que o uso da vestimenta era uma violação do princípio republicano de laicidade na educação pública, baseado nas leis seculares francesas de 1880 e na separação entre Igreja e Estado ocorrida em 1905. Com o pano de fundo dos êxitos eleitorais da Front National, o “affaire du foulard” (caso do véu)

⁵ Preconceito específico contra pessoas islâmicas ou de aparência muçulmana, principalmente a partir de forças políticas.

⁶ Em países como a França, que são unitários e não federativos, existe a eleição cantonal, que é a eleição dos conselheiros gerais de cada cantão (ou distrito). Este tipo de eleição se assemelha com as eleições estaduais ocorridas no Brasil.

tornou-se um teste entre a compatibilidade dos valores da República Francesa com os do Islã, inflamando o polêmico debate sobre os limites da imigração e a preocupação com o fundamentalismo islâmico.

Valendo-se do sentimento de ameaça que prevalecia na sociedade francesa, já não exclusivo aos eleitores da Front National, o partido apresentou um programa anti-estrangeiro abrangente, cujo ponto central era uma campanha de repatriação. A plataforma, proposta em novembro de 1991, era composta de cinquenta pontos, e destinada a criar condições propícias para a resolução do problema da imigração, e para a proteção da identidade nacional. Além da repatriação de estrangeiros – em especial indivíduos desempregados - para os seus países de origem, outras propostas incluíam a detenção de estrangeiros não-documentados ou cuja deportação estava em processo de análise (BENTZ, 2004).

Buscando equilibrar a suposta desvantagem francesa nos índices de natalidade, o partido iniciou uma campanha pela revogação das leis liberais relacionadas ao aborto na França, e pelo oferecimento de subsídios para mulheres que optassem por interromper sua carreira para criar crianças. É importante destacar, no entanto, que a Front National foi extremamente cuidadosa em não parecer demasiado hostil aos ganhos sociais e políticos obtidos pelas mulheres. Apesar de sustentar a missão da mulher em dar continuidade à comunidade francesa, Le Pen também apontou que seria irrealista impedir que mulheres prosseguissem em suas carreiras, pois isso privaria a sociedade de suas capacidades. Com o fracasso de suas investidas iniciais, a FN ainda tentou a introdução de um “voto de família” que daria aos núcleos familiares com crianças um voto suplementar para cada menor de idade (MAYER, 1991).

No primeiro turno das eleições para a Assembleia Nacional francesa, em 1993, a Front National recebeu mais de 12 por cento dos votos, resultado superior ao indicado pelas pesquisas pré-eleitorais. O feito foi uma comprovação de que o partido havia consolidado a sua base eleitoral, estabelecendo-se como um elemento duradouro do sistema partidário francês. Ainda, mais de 70 por cento dos eleitores da FN declararam ter feito sua escolha vários meses antes das eleições.

Entretanto, após mais de uma década de crescimento eleitoral constante, a Front National parecia ter atingido o seu limite, para além do qual não poderia esperar resultados futuros. A estagnação marcou um retrocesso à figura de Jean-Marie Le Pen que, durante toda a década de 80, havia sido o líder indiscutível da direita nacionalista na Europa Ocidental, e que havia dedicado a

maior parte da sua carreira política à reunião dos elementos ideológicos e organizacionais difusos do radicalismo francês de direita.

Durante a década de 80 e início dos anos 90, o relacionamento da Front National com a Europa foi ambíguo e contraditório. Inicialmente, o partido defendeu um projeto político que incluía uma política europeia comum de defesa e de política externa, com a inclusão de um sistema de imigração e jurisdição antiterrorista comuns. Ainda, foi defendida a utilização de uma moeda comum e a instituição de uma política de preferência europeia que complementasse a de preferência nacional. A FN adquiriu destaque político a nível nacional inicialmente através das eleições europeias, e manteve presença no Parlamento Europeu enquanto possuía números muito baixos na Assembleia Nacional francesa (SHIELDS, 2007).

Não obstante, o partido fez todo o possível para frustrar cada uma das grandes iniciativas de integração europeias, como o Ato Único Europeu, o Acordo de Schengen e o Tratado de Maastricht. Como argumento contra “o europeísmo de Estrasburgo e de Bruxelas” (LE PEN, ref), Le Pen utilizou a taxa de abstenção extraordinariamente alta nos plebiscitos relacionados às ações supracitadas. Apesar do seu próprio papel no Parlamento Europeu, o líder da Front National descartou os movimentos de aproximação como largamente artificiais e criados por globalistas por razões não identificadas ou explicadas à opinião pública. Segundo Shields (2007):

A decisão do Presidente Mitterrand de submeter a um referendo a ratificação do Tratado de Maastricht, em setembro de 1992, forçou Jean-Marie Le Pen e a FN a abandonarem suas abstrações e pronunciarem-se sobre a integração mais intrincada da Europa real. Denunciando o Tratado de Maastricht como um “suicídio nacional”, “um edifício supranacional construído sobre as ruínas despedaçadas da nação”, Le Pen e seu partido montaram uma vigorosa campanha sob o lema “Não à Maastricht – Sim a uma Europa das Pátrias!”. Abandonada foi a visão de um empreendimento europeu comum e de um patriotismo europeu que transcendesse o sentimento nacional (SHIELDS, 2007).

Entre os medos mais extravagantes expressados pelo partido estava o temor de que um futuro governo trabalhista no Reino Unido fornecesse nacionalidade britânica a todos os membros da Commonwealth⁷, o que permitiria que 827 milhões de indianos, 116 milhões de bengaleses e 123 milhões de paquistaneses tivessem direito de voto na França e em toda a União Europeia.

⁷ Grupo internacional composto por 52 países, sendo a maioria deles antigos membros do Império Britânico, com exceção de Moçambique e Ruanda. O grupo tem como base o compartilhamento de valores e a busca pela paz e estabilidade mundial.

Em uma busca contínua pela extensão do seu eleitorado, a Front National vangloriou-se, durante a década de 90, de uma série de associações feitas para a proteção de grupos considerados desfavorecidos. Dentre estes estavam desempregados, pensionistas, deficientes, profissionais de grupos diversos como taxistas e bancários, cidadãos franceses repatriados vivendo no exterior, entre outros. Ainda, o partido buscou promover à proteção de animais e do meio ambiente e, não abrindo mão de algumas políticas conservadoras, criou grupos de pressão contra o aborto e contra a ordem tributária. Por fim, forneceria suporte a um Comitê Nacional dos Judeus Franceses, buscando refutar acusações de antissemitismo, e à Aliança Geral Contra o Racismo e Pelo Respeito à Identidade Francesa, uma organização fundamentalista católica que se opunha ao racismo anti-francês (WOODAK, 2015).

Quando analisadas em conjunto, todas as eleições francesas e europeias do início da década de 90 confirmaram a presença e tenacidade da FN. Porém, em cada uma, o partido não conseguiu quebrar a barreira de mais de 15 por cento de votos. Nas eleições presidenciais de 1995, porém, uma nova fase foi inaugurada nas ambições da Front National. Com uma campanha dominada por respostas aos problemas associados à privação e exclusão sociais, chamada “Contrato para França com o Francês”, Le Pen, em um claro exercício de populismo, prometeu garantir a prioridade para os cidadãos franceses em relação a emprego, habitação, assistência social e educação, além do repatriamento de 3 milhões de imigrantes. Com isso, o aumento do apoio trabalhadores e eleitores desempregados foi marcante. Em regiões tradicionalmente marcadas pela tendência de voto à esquerda, Le Pen surgiu com uma vantagem clara sobre todos os demais candidatos, alcançando 15 por cento dos votos válidos. Jacques Chirac, do “Union pour un Mouvement Populaire (UMP)”, foi o presidente eleito (SHIELDS, 2007).

A imagem do líder da Front National, no entanto, permanecia danificada devido à sua tendência à comentários com tons de racismo e antissemitismo. Seus eleitores eram mais facilmente atraídos por suas propostas de campanha do que por sua personalidade, apesar de sua hábil manipulação da mídia francesa. O voto, ao fim, era baseado nas preocupações crescentes com imigração e segurança – quase um voto de protesto - e não na confiança de que Le Pen poderia ser um presidente legítimo (TODD, 2015).

Em 1997, nas eleições legislativas convocadas pelo Presidente Chirac, a FN encontrou o desafio de replicar o sucesso das eleições de 1995. No entanto, o resultado não foi o esperado, uma vez que o primeiro-ministro apoiado pelo presidente, Alain Juppé, e seu governo de centro-direita

foram fortemente rejeitados pela população, que o substituiu pelo socialista Lionel Jospin. Para a Front National, no entanto, os resultados foram os melhores da sua história, mesmo com Le Pen ausentando-se da corrida para focar nas próximas eleições presidenciais de 2002.

Conforme Shields (2007), as eleições marcaram o início de uma dissidência dentro da Front National. Bruno Mégret, forte candidato a sucessão de Le Pen como líder do partido, passou a defender uma cooperação tática com a centro-direita enfraquecida pelas vitórias da esquerda, enquanto Le Pen recusava terminantemente qualquer compromisso de tal caráter. Após o décimo congresso nacional do partido, o atrito entre as duas lideranças levou Le Pen a não indicar Mégret como seu sucessor, nomeando, contrariamente, sua esposa Jany Le Pen como líder da lista para as próximas eleições europeias.

Em 1999, Mégret e seu grupo de influência deixaram a Front National e fundaram o Mouvement National Républicain (MNR), efetivamente dividindo a FN pela metade em quase todos os níveis do partido. Como muitos dos políticos que entraram para o MNR haviam sido influentes na construção de políticas relacionadas a temas como imigração e preferência nacional, o apoio a ambos partidos foi praticamente idêntico nas eleições europeias de 1999. Ainda assim, devido a concorrência de nacionalistas mais moderados, o resultado combinado foi menor do que o obtido pela Front National em 1984.

3.2 Anos 2000-2010: Declínio e Crise Financeira

Durante a campanha para as eleições presidenciais de 2002, as pesquisas de opinião previam uma disputa em segundo turno entre o Presidente Chirac, que buscava à reeleição, e o primeiro ministro socialista Lionel Jospin. Surpreendendo toda a Europa, Jean-Marie Le Pen derrotou o Jospin por uma margem de 0.7 por cento de votos, avançando para a rodada final das eleições. Atemorizados com a perspectiva de uma vitória da extrema direita, a esquerda francesa – incluindo membros dos Partidos Comunista, Socialista e Verde – colocaram todo o seu apoio por trás do presidente em exercício, Chirac, que havia sido prefeito de Paris por 18 anos antes de assumir à presidência. Tal estratégia eleitoral, com efeito, isolou a Front National, descrita pelos adversários como uma força cancerosa no corpo político francês (SHIELDS, 2007).

Em maio, Jacques Chirac ganhou a eleição com estrondosos 82 por cento dos votos válidos, vencendo pela maior margem em uma eleição presidencial francesa desde 1848. Em seu discurso

de vitória, o Presidente Chirac falou às multidões em celebração pela vitória sobre a intolerância e a demagogia. Porém, o que parecia um momento de triunfo foi, em verdade, o último suspiro de uma velha ordem, na qual as nações europeias eram facilmente controladas por partidos do establishment.

Le Pen, cujo apelo era semelhante tanto para antissemitas e homofóbicos como para eleitores preocupados com as questões relacionadas à imigração, era um alvo fácil para a esquerda e figuras do establishment como Chirac. Em função do seu suporte ter origem principalmente entre os setores mais reacionários da antiga direita católica, ele era um vilão habitual – cuja ideologia representava uma França arcaica e um passado já derrotado. Ainda, apesar de mirar para o poder, ele nunca chegou perto, verdadeiramente, de consegui-lo. Seu papel real estava na perturbação da ordem e na inserção das suas ideias no debate nacional (POLAKOW-SURANSKY, 2016).

Em 2003, devido a pressões da população, o Presidente Jacques Chirac criou uma comissão chefiada pelo ex-ministro centrista Bernard Stasi para investigar a presença de símbolos religiosos em ambientes públicos como escolas e hospitais. A comissão propôs, com aval de Chirac, uma lei para o banimento de qualquer demonstração ostensiva de fé religiosa – notadamente crucifixos grandes, o quipá judaico e o véu utilizado por mulheres muçulmanas -nas escolas do Estado e para a criação de um código de secularização sobre todo o setor público. A chamada “Lei do Véu” entrou em vigor em setembro de 2004 (RYDGREN, 2007).

Nas eleições regionais do mesmo ano, um novo sistema eleitoral com duas rodadas de votação foi introduzido em uma tentativa de reduzir a influência da Front National nos conselhos regionais. Embora o partido tenha recebido quase a mesma quantidade de votos que em 1998, seu número de conselheiros caiu pela metade devido ao novo sistema.

Nas eleições presidenciais de 2007, Le Pen e Mégret decidiram unir forças novamente. Ainda assim, Le Pen ficou apenas em quarto lugar no resultado geral, com cerca de 11 por cento dos votos válidos. Nicolas Sarkozy, do Union pour un Mouvement Populaire (UMP), foi eleito presidente. Nas eleições legislativas do mesmo ano, o partido não conseguiu nenhum assento. O suporte pela sigla foi o mais baixo desde 1981, e apenas Marine Le Pen, filha de Jean-Marie Le Pen, conseguiu concorrer ao segundo turno em sua região, quando foi derrotada por um candidato socialista. Com problemas financeiros, a Front National anunciou a venda de uma de suas sedes e até mesmo do carro blindado de Jean-Marie Le Pen. O partido só veio a se recuperar da crise nas eleições regionais de 2010, quando, surpreendentemente, recebeu quase 12 por cento dos votos

válidos (SHIELDS, 2007).

3.3 2011 – 2015: Marine Le Pen e a Recuperação da Front National

Em janeiro de 2011, Marine Le Pen tornou-se a segunda presidente da Front National. No período desde a sua ascensão à liderança do partido, administrou uma operação política disciplinada, distanciando-se de uma série de posições inflamadas tomadas por Jean-Marie Le Pen. Como consequência, nas eleições regionais, a FN recebeu mais de 40 por cento dos votos de regiões do norte ao sul da França. A reformulação do partido é um perfeito exemplar das ambições de novos partidos de direita europeus, que buscam afastar-se de rótulos prejudiciais.

Com a construção de uma estratégia eleitoral eficaz, a Front National vem, constantemente, ruindo a capacidade de permanência no poder dos partidos do establishment. O partido realizou um rompimento público com os grandes símbolos da velha direita, distanciando-se de skinheads, neonazistas e homofóbicos. Além disso, cooptou, com habilidade, as causas, políticas e retórica de alguns de seus oponentes. Atualmente, a principal plataforma da FN é a defesa do fortalecimento Estado de bem-estar social, e a proteção deste do grande fluxo de imigrantes que ameaçaria o seu funcionamento (POLAKOW-SURANSKY, 2016).

Além disso, o partido incorporou outras causas progressivas como a promoção de direitos da comunidade LGBTQ⁸, a luta por igualdade salarial para mulheres e a proteção de judeus contra o antissemitismo – descrevendo os imigrantes muçulmanos como a principal ameaça a todos estes grupos. Encorajando a disseminação do temor ao Islã, a Front National apresenta-se como a única e verdadeira defensora da identidade e das liberdades ocidentais. Último baluarte de proteção de uma civilização judaico-cristã sitiada por bárbaros em seus portões.

Assim como seus semelhantes na Dinamarca, na Alemanha e na Holanda⁹, a FN preencheu um vácuo eleitoral aberto pelos partidos social democratas e de centro-direita que ignoraram, ou simplesmente demoraram demais a responder, à raiva crescente – em parte fundamentada, em parte baseada em intolerância - dos seus eleitores sobre a imigração. O partido desfez-se de algumas das bagagens mais desagradáveis da direita, e respondeu à ansiedade econômica e ao medo do terrorismo através de uma política econômica nativista – mais benefícios sociais, mas apenas para

⁸ Acrônimo para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e *Queers*.

⁹ Os partidos são Dansk Folkeparti na Dinamarca, Alternative für Deutschland na Alemanha e Partij voor de Vrijheid na Holanda.

os verdadeiros cidadãos – e duras campanhas anti-imigração e pelo reforço securitário nas fronteiras. Sua mensagem ressoa cada vez mais em uma população temerosa que acredita que a elites dos governos liberais não escuta mais às suas preocupações (WOODAK, 2015).

Nas eleições presidenciais de 2012, Marine Le Pen recebeu 17 por cento dos votos, o maior número conquistado até então pela Front National. François Hollande, do Partido Socialista, foi eleito presidente.

Apesar das modificações incorridas pelo partido, seus detratores ainda utilizam de concepções antigas associadas à Front National para criticá-la, o que ofende profundamente aos seus quadros de liderança. Conforme Marine Le Pen:

Hoje os nossos adversários não possuem mais a munição de outrora, e por isso repetem incessantemente as mesmas retóricas sobre fascistas e racistas. A partir de um certo momento, esse argumento perde a sua força, porque os eleitores percebem claramente que não há nada em nossa plataforma que evoque remotamente fascismo ou racismo (MARINE LE PEN, 2016)

Mais do que expulsar do partido aqueles com visões obviamente racistas ou preconceituosas, Le Pen construiu uma campanha cujo principal objetivo é a conquista de eleitores de centro e esquerda que jamais cogitariam votar na Front National de seu pai. O esforço tem obtido bons resultados. O número de casais homossexuais que votaram no partido subiu de 19 por cento para 32 por cento em um período de três anos.

Marine Le Pen promete o retorno a um tempo no qual a França possuía a sua própria moeda e política monetária, menos mesquitas e menos protestos em relação a presença de presépios natalinos em prédios públicos, quando as escolas francesas reproduziam um princípio republicano de assimilação. Os apelos nostálgicos geram maior efeito entre os jovens franceses, que sonham com uma era que nunca testemunharam. Tal fato contraria a percepção de que os idosos, tradicionalmente um grupo mais conservador, seriam parte considerável do eleitorado da FN. Eleitores mais velhos, de maneira oposta, são o grande obstáculo para a vitória de Marine Le Pen nas próximas eleições presidenciais, uma vez que temem abandonar o euro e demais grandes mudanças (POLAKOW-SURANSKY, 2016).

A nova líder da Front National defende que o seu programa partidário busca, acima de tudo, a fraternidade. De acordo com Le Pen, um Estado desenvolvido deveria prover aos mais pobres o mínimo necessário para uma vida com dignidade – e o Estado Francês está falhando em sua tarefa.

Seus discursos têm causado grandes mudanças nos padrões eleitorais franceses, como comprovam os 45 por cento de votos conseguidos pela FN na região de Pas-de-Calais, cuja tradição socialista-comunista perdurava há mais de 80 anos. Nas eleições parlamentares europeias de 2014, a Front National conseguiu 24 dos 74 assentos disponíveis para a França. Pela primeira vez, um partido eurocético anti-imigração obteve a vitória em uma eleição nacional.

4 “PARTIJ VOOR DE VRIJHEID” – A DIREITA RADICAL EM UMA SOCIEDADE COM TRADIÇÃO PROGRESSISTA (2004-2016)

O presente capítulo tem como objetivo o estudo do partido holandês Partij voor de Vrijheid (PVV), na sua condição de arquétipo dos novos partidos de direita radicais na Europa. Fundado por Geert Wilders em 2004, o partido é o principal responsável pela transformação do debate político nos Países Baixos na última década.

As três seções do capítulo buscam analisar o contexto histórico de formação do partido no início dos anos 2000; seu desempenho eleitoral nas eleições nacionais e europeias, incluindo a formação do grupo político Europa das Nações e das Liberdades dentro do Parlamento Europeu; e, por fim, as origens sociais e culturais da grande virada para a direita radical da sociedade holandesa, tradicionalmente progressista.

4.1 A Direita Radical no Início dos Anos 2000

Em maio de 2002, um dia após as comemorações pela vitória de Jaques Chirac sobre Jean-Marie Le Pen na França, o carismático líder da extrema direita holandesa, Pim Fortuyn, foi assassinado em Amsterdã. Seu assassino afirmou ter executado Fortuyn para impedir que este continuasse utilizando os muçulmanos como “bodes expiatórios” de suas campanhas. Nas eleições nacionais, nove dias depois, a Lista de Fortuyn - partido fundado pelo político cerca de três meses antes - recebeu 17 por cento dos votos, tornando-se o segundo maior partido dos Países Baixos (POLAKOW-SURANSKY, 2016).

Anteriormente membro do Partido Comunista holandês e homossexual assumido, Fortuyn gabava-se de manter relacionamentos com imigrantes muçulmanos enquanto pedia pela proibição da sua imigração. Em um país notadamente reconhecido por uma política sóbria, os discursos do político eletrizavam. Apesar do pouco tempo que passou sob os holofotes, Fortuyn transformou o debate político no país, abrindo caminho para uma nova geração de líderes de direita radical na Europa.

Marcadas pelo politicamente incorreto, as falas de Fortuyn descreviam a cultura islâmica como uma “cultura do avesso” e, igualmente, uma ameaça reacionária aos valores progressistas pelos quais a Europa Ocidental havia sacrificado tanto. O argumento de defesa da cultura secular holandesa contra as ameaças da imigração possuía enorme potencial e serviu de modelo para outros

partidos da direita radical moderna. Os Países Baixos, por sua vez, eram um laboratório perfeito para o teste de tal premissa, uma vez que, ao contrário da França, não possuía um forte contingente de tradicionalistas religiosos opostos às causas progressistas (VOSSSEN, 2011).

Segundo Dorussan (2004), Pim Fortuyn tentou entrar para um partido do establishment holandês de centro-direita, o Volkspartij voor Vrijheid en Democratie (VVD), no final da década de 90. No entanto, Frits Bolkestein, líder do partido e uma das primeiras figuras políticas a falar criticamente sobre a imigração nos Países Baixos, recusou a sua candidatura à admissão por acreditar que o político era demasiadamente inflamatório em seus discursos. Consequentemente, Fortuyn levou sua retórica explosiva para a sua própria sigla, criando um novo tipo de extrema direita trajada em vestes progressivas – cuja forma de xenofobia era ideal para uma nação que se orgulhava dos seus níveis de tolerância. Seu redirecionamento do debate nacional perdurou durante muito tempo após a sua morte. Apesar do seu sucesso eleitoral, no entanto, a Lista de Fortuyn logo colapsou sem a presença do seu líder, o que resultou na realização de novas eleições em 2003. O LPF, após diversas demonstrações de dissidências internas, eventualmente foi desmantelado (DORUSSAN, 2004).

Em 2004, os Países Baixos foram novamente surpreendidos por um assassinato político. Em novembro, o cineasta Theo van Gogh foi assassinado pelo jovem holandês de origem marroquina Mohammed Bouyeri. O ato, marcado por extrema violência, teve como objetivo a entrega de uma carta – presa ao peito do cineasta com uma faca – que continha ameaças de morte à parlamentar holandesa Ayaan Hirsi Ali, nascida na Somália. Crítica ferrenha do Islã, a estadista foi imediatamente colocada sob a proteção do serviço secreto holandês.

Os dois homicídios sacudiram a sociedade holandesa no seu âmago – e catapultaram um político teatral, porém ainda pouco conhecido, ao estrelato. Geert Wilders logo tornou-se o sucessor ideológico de Fortuyn. Com Hirsi Ali na clandestinidade, o político rapidamente transformou-se na voz mais proeminente anti-imigração país, permanecendo assim desde então (POLAKOW-SURANSKY, 2016).

Há pouca pesquisa formal acadêmica sobre a ideologia de Geert Wilders e seu partido. A explicação mais provável está relacionada à emergência recente do PVV como uma entidade política significativa. No entanto, alguns estudiosos argumentam que o desenvolvimento ideológico único de Wilders também compõe contribui para tal. Do início de sua carreira política até o momento de análise deste trabalho, o político realizou uma transição inicial entre as ideologias

do liberalismo conservador e o neoconservadorismo em modelo americano e, desta, para a sua versão única de um populismo nacionalista. Conforme Vossen (2011):

Considerando a crescente influência do Partij voor de Vrijheid, é notável quão pouca atenção foi destinada à classificação ideológica de Wilders. Pim Fortuyn, outro político dissidente holandês, já foi objeto de inúmeros livros e artigos. Enquanto isso, Wilders mal foi mencionado em publicações recentes sobre islamofobia na Europa, políticas de identidade ou populismo. No clássico livro de Cas Mudde “Partidos Populistas de Direita na Europa (2007), Wilders ainda não foi mencionado. Além disso, em um artigo curto e mais recente na Open Democracy, Mudde (2010) tende a excluir Wilders da família dos partidos populistas radicais de direita. De acordo com o autor, Wilders não só não demonstra objetivamente o nacionalismo étnico presente nos demais partidos, como parece muito mais “um político convencional quase que exclusivamente interessado em poder parlamentar e muito disposto a entrar em políticas de coalização (VOSSSEN, 2011).

Apesar de Wilders afirmar ser um político forasteiro, ele pode ser considerado, em verdade, um político profissional, pois trabalhou no Parlamento dos Países Baixos durante a maior parte da sua vida adulta. Em 1990, ele adentrou a vida política como redator de discursos e assistente do VVD. Em 2004, um conflito com o líder parlamentar da sigla sobre a questão da admissão da Turquia na União Europeia resultou na sua saída do partido. Tornando-se um membro independente no parlamento holandês, Wilders fundou, em seguida, o Partij voor de Vrijheid (PVV).

4.2 Desempenho eleitoral do Partij voor de Vrijheid (PVV)

O Partij voor de Vrijheid já participou de três eleições nacionais desde a sua criação, e o seu rápido crescimento eleitoral foi surpreendente para muitos observadores políticos europeus (KESSEL, 2011). Em 2006, o partido obteve cerca de 6 por cento dos votos válidos, adquirindo nove assentos no parlamento holandês.

Na próxima eleição, o número de assentos obtidos pelo partido quase triplicou. Com 15.5 por cento dos votos válidos, o PVV obteve 24 representações parlamentares. Além, o partido conquistou um número considerável de vagas nos conselhos municipais e provinciais, e 4 vagas no Parlamento Europeu. As eleições de 2010 transformaram o PVV no terceiro maior partido dos Países Baixos. Após, o Partij voor de Vrijheid apoiou o liberal Volkspartij voor Vrijheid en Democratie (VVD) e o Christen-Democratisch Appèl (CDA), permitindo a formação de um governo de coalização de

direita, cuja maioria no parlamento mantinha-se por uma margem extremamente pequena (KALKHOVEN, LANDTSHEER, 2014).

Devido a desentendimentos políticos relacionados às políticas de austeridade implementadas pelos partidos de direita, o PVV retirou o seu apoio ao governo na primavera de 2012, o que levou a uma nova rodada de eleições. Em comparação com os resultados excelentes anteriores, o partido obteve um desempenho fraco, vencendo apenas 15 assentos no parlamento nacional, correspondentes a 10 por cento do total de votos válidos. Assim, o partido assumiu uma posição de empate com o Partido Socialista holandês pela posição de terceira maior sigla partidária nos Países Baixos (VOSSSEN, 2011).

Após as eleições europeias de 2014, quando o partido manteve o seu número de vagas no Parlamento Europeu, os partidos de direita radical que possuíam representações na instituição começaram a unir esforços para a criação de um coletivo parlamentar. Em junho de 2015, surgiu o grupo Europa das Nações e das Liberdades. Atualmente, o grupo é co-presidido por Marine Le Pen e por Marcel de Graaff, líder do Partij voor de Vrijheid na instituição. Com 39 assentos de um total de 751, é o menor existente no Parlamento Europeu. Dentre os partidos que compõe o grupo estão a Front National, o Lega Nord (Itália), o Freiheitliche Partei Österreichs (Áustria), o Vlaams Belang (Bélgica), o Alternative für Deutschland (Alemanha), o Kongres Nowej Prawicy (Polónia) e dois membros independentes do Reino Unido e da Romênia (KALKHOVEN, LANDTSHEER, 2014).

Em janeiro de 2016, o grupo realizou sua primeira conferência anual em Milão, onde foram debatidas as visões do conjunto de partidos radicais de direita sobre o futuro da Europa. Durante o evento, uma coletiva de imprensa de alto nível contou com a presença dos líderes dos partidos associados, incluindo Geert Wilders. Sobre a Europa, a crise de migração e as recentes ameaças terroristas, Wilders afirmou:

Hoje, nossa civilização está em maior perigo do que jamais esteve antes. Nós estamos enfrentando uma ameaça existencial. Você pode observá-la em todos os lugares, em todos os países da Europa Ocidental. Nossas fronteiras foram abertas para a imigração islâmica massiva, e as consequências disto são terríveis. Os custos são gigantescos, os ataques horríveis e a ameaça terrorista nunca esteve tão alta. Portanto, precisamos agir. É por isso que estamos aqui, hoje, em Milão. Em conjunto com os meus bons amigos da Itália, da França, da Áustria, da Bélgica e do Reino Unido, entre outros, forjamos uma aliança. Uma aliança com uma missão histórica, e esta missão é a salvaguarda e a defesa das nossas nações e da nossa civilização Ocidental, construída sobre o legado de Roma, Atenas e Jerusalém. A sobrevivência da nossa liberdade, identidade e de nossos valores está em jogo. Meus colegas e eu, nós soamos os sinos da revolução. Uma revolução democrática e pacífica para recuperar a nossa soberania nacional. Para barrar a invasão. Para

proteger nosso próprio povo, nossas mulheres, nossa cultura. Nós precisamos tornar-nos mestres de nossas próprias fronteiras novamente, de nossos próprios orçamentos e do nosso próprio destino. Nossa missão é realizar aquilo que os nossos governos falham em cumprir (...) E a boa notícia é de que cada vez mais pessoas, milhões de pessoas, juntam-se a nós. Uma primavera patriota está a caminho. As elites europeias estão destruindo as nossas nações. Nós não permitiremos. Nós não aceitaremos. O povo não aceitará. O povo resistirá. O povo não quer mais políticos que vendem sua nação, que ignoram os desejos dos cidadãos, e que agem como apaziguadores politicamente corretos. O que nós precisamos, hoje, é de lideranças reais. Políticos corajosos, diferentes dos que atualmente representam tão mal ao povo em tantos parlamentos falsos, onde fazem exatamente o oposto do que deseja a maioria. Nós dizemos: basta (WILDERS, 2016).

Durante a conferência, Geert Wilders ainda cooperou para o estabelecimento dos cinco princípios de um autodenominado novo patriotismo. Primeiro, o fechamento das fronteiras para a imigração originária de países islâmicos e o “tsunami de imigração”; segundo, o comprometimento com a proteção das nações da ameaça terrorista, e com a restauração da segurança dos cidadãos e, especialmente, das mulheres. O incidente de estupro coletivo ocorrido na cidade de Colônia, na Alemanha, seria um lembrete de que o fechamento das fronteiras é também uma ação securitária, uma vez que muitos suspeitos apreendidos foram identificados como solicitantes de refúgio; terceiro, a recusa de que bilhões de euros em advindos de cidadãos contribuintes sejam gastos em Bruxelas, em afiançamentos e em requisições de asilo; quarto, a escolha da soberania nacional sobre a União Europeia, e o fim dos burocratas europeus não-eleitos; quinto, o fim da islamização das sociedades livres e democráticas (WILDERS, 2016).

A utilização de metáforas é artifício comum para Geert Wilders. Porém, ele a usa de maneira diferente da usualmente escolhida pelos políticos do establishment. Enquanto os últimos fazem uso da figura de linguagem com a intenção de reassegurar seus eleitores, Wilders e os políticos de direita radical costumam utilizar a metáfora para criar agitação. Quando Wilders fala em um “tsunami de imigração” ao invés de citar os percentuais dos imigrantes que de fato migraram para os Países Baixos, ele, ao mesmo tempo, simplifica, de maneira negativa, um processo (migratório) extremamente complexo, e produz, em meio a sociedade holandesa, uma imagem do imigrante relacionada à ansiedade e preocupação. O poder de um tsunami, que pode inclusive engolfar todo um país, é associado à violência causada por muçulmanos. E os efeitos catastróficos percebidos após o fenômeno natural são percebidos como enormes (KALKHOVEN, LANDTSHEER, 2014)

Em seu discurso para os presentes na conferência, Wilders ainda manifestou:

É hora de interrompermos a marcha da loucura realizada pelas elites e salvar aos nossos países. É isto que as pessoas esperam de nós, e é por isto que elas nos apoiam. É o que precisa ser feito e é o que vamos fazer. Este é o nosso dever enquanto verdadeiros líderes políticos. Nós faremos nossos países seguros, soberanos e grandiosos novamente. E nós obteremos o sucesso, porque as pessoas e a verdade estão d nosso lado. Deixe-me lembra-los do que Oriana Fallaci disse uma vez. Eu a cito: “É uma mentira dizer que a verdade está sempre no meio. Não, senhor. Às vezes a verdade está em apenas um lado”. A verdade, senhoras e senhores, está, de fato, em apenas um lado. Está ao nosso lado. Então, acostumem-se: nós somos o futuro (WILDERS, 2016).

De acordo com Polakow-Suransky (2016), o PVV vem superando o Partido Trabalhista nas pesquisas à frente das eleições parlamentares de março de 2017. Geert Wilders, que ambiciona assumir a posição de Primeiro-Ministro, tem capitalizado resultados no crescimento do sentimento anti-imigração de grande parte da população holandesa.

Cabe destacar, ainda, que mesmo que Wilders e seus companheiros no Partij voor de Vrijheid classifiquem o Islã como seu principal inimigo, o partido, cada vez mais, organiza ataques contra outros grupos de imigrantes, incluindo trabalhadores polacos, búlgaros e romenos, e imigrantes originários das Antilhas Holandesas. Propostas como o fechamento do mercado de trabalho para os europeus ocidentais e a venda das Antilhas Holandesas, que podem ser encontradas em programas do partido, são exemplos do acirramento destas noções (VOSSEN, 2011).

No entanto, é difícil classificar o PVV como um partido racista, ou mesmo nativista, uma vez que Wilders não mira sua retórica na direção de minorias étnicas relativamente bem integradas na sociedade holandesa, tais como os surinameses, os chineses ou os indo-holandeses – sendo o último um grupo com o qual o político está muito familiarizado, devido a ascendência indo-holandesa de sua mãe. Além disso, não é desprezível o fato de que, entre 2006 e 2009, quatro dos nove membros do grupo parlamentar do Partij voor de Vrijheid possuíam um parceiro ou parceira não holandês, incluindo o próprio Wilders, que é casado com uma mulher húngara.

Um argumento central para o desprezo de Wilders por grupos étnicos bastante específicos está na sua reserva a respeito do que ele considera ser uma doutrina de relativismo cultural¹⁰, que ele afirma ter o suporte da elite progressista holandesa. Tal ideologia, de acordo com Wilders, permitiu à ascensão de uma cultura islâmica violenta, expansionista e fascista nos países ocidentais.

¹⁰ No relativismo cultural, acredita-se que todas as culturas são iguais em seu próprio modo.

Em 2014, quando o Partij voor de Vrijheid perdeu por uma margem pequena a chance de se tornar o maior grupo político no conselho municipal de Haia, Wilders perguntou a uma sala cheia de apoiadores e ativistas e eles “preferiam ter mais ou menos marroquinos no país” (THE GUARDIAN, 2016). Ao receber a resposta “menos”, o político prometeu cuidar do assunto. Mais de 6 mil pessoas preencheram boletins de ocorrência relacionados ao discurso na polícia holandesa. Em 2015, Wilders foi formalmente acusado de praticar discriminação racial e incitação de ódio. A sentença máxima nos Países Baixos para o crime é de dois anos de reclusão, embora a aplicação de multas seja mais comum. Wilders boicotou o julgamento, recusando-se a admitir que teria feito algo errado.

É importante lembrar que este não foi o primeiro incidente em que Wilders recebeu a acusação. Em 2008, o político foi notícia mundial ao lançar um documentário anti-islâmico de 17 minutos, no qual imagens dos atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos eram sobrepostas a versos retirados do Corão. O objetivo do documentário era difundir a visão de Wilders de que o texto do livro sagrado não era muito diferente da obra *Mein Kampf* de Adolf Hitler. Em 2010, ele foi julgado – e posteriormente absolvido – por cinco acusações relacionadas a seus discursos e à produção do documentário (VOSSSEN, 2011). Assim como em 2015, o político considerou as denúncias um ataque a sua liberdade de expressão.

Segundo Woodak (2105), os partidos de direita radical provocam escândalos, intencionalmente, violando as normas públicas aceitas por suas sociedades. Como consequência, os meios de comunicação são forçados a uma situação na qual não conseguem ganhar. Se não noticiam uma observação racista ou insinuação escandalosa, os veículos de mídia podem ser acusados de endossar o comportamento. Se escrevem sobre ele, estão disseminando o conteúdo prejudicial. Se entrevistam criticamente o político, dão a este um maior tempo de exposição, e uma chance para a reversão de papéis entre perpetrador e vítima. Esta dinâmica previsível, permite que os partidos populistas de direita radical distraiam a mídia de notícias por vezes mais importantes.

A autora, que denomina a prática como “o movimento perpétuo da direita populista”, a utilização destes subterfúgios permitiu o desenvolvimento de uma retórica e oratória que combinam fenômenos incompatíveis, consentem a negação do óbvio, e transpõem os limites do permissível. Ainda, é comum que os políticos escapem ilesos das eventuais acusações colocadas sobre eles. Mesmo quando forçados a realizar um pedido de desculpas público, o fazem de maneira controlada e ambivalente (WOODAK, 2015).

4.3 As Origens Sociais e Culturais da Mudança no Padrão de Votos Holandês

Durante a década seguinte aos assassinatos de Fortuyn e Van Gogh, a integração dos imigrantes muçulmanos à sociedade tornou-se o maior divisor de águas político nos Países Baixos. De repente, cidadãos holandeses de origem turca ou marroquina passaram a ser rotulados, simplesmente, de muçulmanos. À medida que o debate tornava-se mais hostil, até as formas mais básicas de observância religiosa como o uso do hijab, a compra de carnes específicas e a prática de jejum durante o Ramadã tornaram-se politicamente carregadas.

Enquanto Marine Le Pen trabalhava para desdemonizar a imagem da Front National, os líderes da direita radical holandesa apropriaram-se com sucesso do manto do radicalismo, posicionando-se como o único grupo de poder disposto a desafiar os partidos do establishment desassociados da realidade. O Partij voor de Vrijheid, por sua vez, colocou-se como o único partido disposto a falar sobre o maior temor dos eleitores: o extremismo islâmico (KALKHOVEN, LANDTSHEER, 2014).

As controvérsias em relação ao choque cultural entre a sociedade holandesa tradicionalmente liberal e os muçulmanos praticamente passaram a ser disputadas em todos os espaços, dos supermercados às salas de aula. Aproveitando o sentimento de angústia cultural, o PVV utiliza propagandas simples e, de certa forma, prepotentes, sobre imigração, crime e refugiados – um dos seus últimos slogans é, simplesmente, “De-Islamize”- para conquistar eleitores que sentem como se tudo que lhes é familiar está escapando por entre os seus dedos.

Ao enquadrar sua política anti-imigração como uma batalha contra a arrogância das elites e o politicamente correto, o Partij voor de Vrijheid reuniu grupos da sociedade com diferentes insatisfações, que englobavam a cólera gerada pelo aumento do número de requisições de refúgio e o euroceticismo, entre outras. Além disso, muitas causas tradicionalmente de esquerda, como o anticolonialismo e o combate ao racismo, passaram a ser assumidas como pensamento dos partidos do establishment, o que contribuiu para uma redução do nível geral de tolerância na sociedade holandesa (POLAKOW-SURANSKY, 2016)..

Buscando influenciar às mídias sociais da mesma maneira que a Front National na França, a direita radical encontra-se no processo de colonizar a principal forma de comunicação holandesa. O site Geen Stijl, domínio popular que possui artigos e vídeos abrasivos sobre os grandes tópicos

de discussão conservadores, encoraja os seus maiores e mais raivosos comentadores a assumirem uma instância de ataque em sites da mídia convencional. O site, que começou como um blog dedicado aos que se sentiam politicamente órfãos após o falecimento de Pim Fortuyn, transformou-se, desde então, em um movimento social com um exército de reacionários. Segundo Oudenampsen (2014), o domínio é tão influente que alguns políticos o visitam todos os dias pela manhã.

Ao mesmo tempo, apesar dos funcionários do governo holandês admitirem que a tensão relacionada à integração de imigrantes muçulmanos não é um fato novo, os debates públicos possuem pouca ou nenhuma informação factual sobre terrorismo e islamismo. Enquanto as chamadas da discussão são estimuladas pelos políticos de direita, os economistas olham para as raízes econômicas do problema e os antropólogos tentam explicar a crescente onda jihadista. No entanto, nenhum deles possui alguma ideia sobre teologia. Mesmo os estudiosos de radicalização possuem a tendência de analisar os extremistas atuais sob as lentes históricas da esquerda radical – o que contribui quase nada para explicar o porquê de um número de jovens muçulmanos, como o assassino de Theo van Gogh, dedicarem-se à questão da jihad (VOSSSEN, 2011).

Segundo Polakow-Suransky (2016), com o crescimento da percepção de que o Estado é impotente na prevenção da radicalização de jovens muçulmanos e o aumento do temor ao terrorismo, também cresce o número de eleitores receptivos às tiradas da direita radical sobre os perigos da islamização. Atualmente, não são apenas os ativistas anti-imigração que protestam contra o consenso burocratizado. Muitos progressistas - pessoas que enxergavam às vitórias culturais das décadas de 60 e 70 como grandes batalhas há muito ganhas – estão decepcionados. Subitamente, conquistas como liberdade sexual, direitos da comunidade LGBTQ e importantes avanços feministas, partes inquestionáveis da sociedade holandesa, parecem tênues. Neste ambiente, eleitores tradicionalmente de esquerda, como homossexuais e judeus, sentem-se ameaçados – e alguns tornam-se inerentemente desconfiados dos muçulmanos. O estereótipo de que muçulmanos praticantes odeiam homens homossexuais está tão arraigado nos Países Baixos que nenhum dos lados consegue produzir evidências do contrário. Assim como na França, esta atmosfera transforma os partidos de direita radicais em opções palatáveis para grupos que previamente jamais teriam considerado votar nestes.

Para Frits Bolkestein, que liderou o partido de centro-direita VVD na década de 90, a ascensão da direita radical é um reflexo tanto das preocupações sobre o Islã com de preocupações de classe. O Partido Trabalhista holandês, argumenta ele, desistiu de sua base operária. Com um

tom que não disfarça certa satisfação, o político argumenta que a esquerda, confrontada com uma escolha entre os trabalhadores ou os estrangeiros, escolheu os últimos, e por isso pagará caro. As pesquisas eleitorais para as próximas eleições parecem corroborar este fato, uma vez que a previsão é de que o partido passe de 36 assentos ocupados no parlamento (de 150) para apenas 10 assentos (POLAKOW-SURANSKY, 2016).

Assim como os antigos eleitores de esquerda na França, muitos ex-membros do Partido Trabalhista holandês estão se voltando para Wilders. A mensagem para o seu antigo partido é clara: nossas preocupações foram ignoradas, e a vocês são os responsáveis por isso (OUDENAMPSEN, 2014). Mesmo que Geert Wilders não se torne o próximo Primeiro-Ministro dos Países Baixos, a batalha, em alguns aspectos, já está ganha pelo seu partido. O PVV deslocou toda a discussão política para a direita, e muito da influência na política se dá pela habilidade de condução dos debates.

5 CONCLUSÕES

A partir desta monografia, espera-se contribuir com a produção bibliográfica brasileira nas áreas de nacionalismo e de estudos europeus. Acredita-se, em especial, que a identificação e compreensão dos novos partidos de direita radical é essencial para a compreensão do sistema internacional atualmente, uma vez que a sua ascensão está relacionada à manutenção do sistema de Estados-nações, ao crescimento de movimentos contrários à tendência de integração regional observada nas últimas décadas, aos movimentos de caráter populista que, embora não idênticos em suas características ao Fascismo e o Nazismo observados durante a Segunda Guerra Mundial, ainda apresentam uma forma de ameaça às democracias liberais e, por fim, à atual crise humanitária de refugiados que já perdura há cinco anos.

Como meio de conclusão, busca-se analisar a relação entre as concepções apresentadas neste estudo e os estudos de caso sobre os partidos Front National (França) e Partij voor de Vrijheid (Países Baixos). Nesse ínterim, pode-se considerar que os conceitos explicitados na primeira seção desta monografia foram identificados parcialmente dentro dos estudos de caso subsequentes. Pode-se observar a existência de características radicais, populistas, xenofóbicas e eurocéticas nos partidos de analisados com certa facilidade. No entanto, a presença do nacionalismo étnico é extremamente demarcada no partido francês Front National, enquanto que no holandês Partij voor de Vrijheid, seu aparecimento é difuso e possui ressalvas.

No que se refere à análise dos estudos de caso, é importante realizar uma comparação, para assim demonstrar como os partidos se encaixariam nestes mesmos marcos teóricos ou não, além de também possibilitar uma avaliação de cada partido em perspectiva. Entre as semelhanças observadas entre ambos partidos analisados, estão a utilização de uma plataforma anti-imigração como ponto central de campanha, o euroceticismo demonstrado pela criação e presidência conjunta do grupo parlamentar Europa das Nações e das Liberdades no Parlamento Europeu, e principalmente, o seu afastamento de símbolos tradicionais da direita radical na busca pela cooptação de eleitores cujo costume é votar em partidos de centro, centro-esquerda ou esquerda.

Já entre as suas diferenças, pode-se destacar como a ausência de raízes religiosas mais profundas estimulou à sociedade holandesa à considerar o grupo de imigrantes muçulmanos como a principal ameaça aos seus valores progressistas com maior facilidade, enquanto os franceses, embora eventualmente convencidos do argumento, demoraram mais para dar crédito a este devido à presença de uma direita católica conservadora no país. A principal disparidade entre ambos, no

entanto, está relacionada à Teoria da Moderação. O crescimento da Front National nos últimos anos esteve diretamente relacionado à mudança de abordagem – consequência direta da substituição de Jean-Marie Le Pen por Marine Le Pen na liderança do partido – em relação a alguns dos tópicos mais polêmicos que cercavam o partido, como a sua relação com políticos homofóbicos e grupos neonazistas. O partido tornou-se distintamente mais moderado, embora mantenha plataformas conservadoras presentes na sigla desde a sua fundação, como aquelas relacionadas ao aborto. O Partij voor de Vrijheid, no entanto, vêm se tornando cada vez mais radical. Embora Geert Wilders sempre tenha evitado associar-se com partidos de extrema direita evidentemente racistas, seus discursos sobre a ameaça islâmica são notadamente inflamados, e o fato de que o partido vem obtendo sucessos consistentes em todas as suas eleições desafia a teoria de que a sua participação nas principais esferas políticas nacionais e europeias contribuiria para o aumento de seu equilíbrio e sobriedade. Por fim, o espaço na mídia da Front National está definitivamente mais consolidado, o que pode ser relacionado com os elementos citados acima. Obedecendo a teorização de Woodak (2015) sobre o autodenominado “movimento perpétuo da direita populista”, é visível que as mídias convencionais possuem dificuldade em lidar com as artimanhas de Wilders.

A partir do que foi apresentado nesta monografia como um todo, conclui-se que as hipóteses deste estudo, de que o nacionalismo étnico e a xenofobia são centrais na composição programática dos dois partidos, e de que a retórica destes em relação ao tema modificou-se na última década, objetivando atrair os votos de eleitores que, usualmente, evitam a associação com partidos radicais, podem ser confirmadas apenas parcialmente. Isso significa que ambas podem ser confirmadas no caso do partido francês Front National, e que no caso do holandês Partij voor de Vrijheid, a primeira hipótese é parcialmente confirmada – mantendo-se à xenofobia como conceito central, mas não ao nacionalismo étnico, e a segunda hipótese é refutada.

Conforme os argumentos de Mudde (2010) e Vossen (2011), a ausência de um nacionalismo étnico objetivo coloca em cheque o pertencimento do Partij voor de Vrijheid no mesmo grupo que os demais partidos citados na monografia. Além disso, Wilders parece estar no caminho de revelar-se um político populista, mas em outros aspectos convencional, disposto a adentrar políticas de coalização que o aproximem ainda mais do poder. Nas próximas eleições parlamentares, as intenções do líder do PVV ficarão, possivelmente, mais claras.

É inegável que a Europa idealizada pelas lideranças dos novos partidos radicais de direita possui uma composição econômica, ideológica e, até mesmo, societária, diferente da formação

atual. Ao longo da última década, novos partidos que possuem todas as características as características definidas no primeiro capítulo surgiram na Dinamarca (Danks Folkeparti), na Alemanha (Alternative für Deutschland), na Romênia (Partidul România Unita), entre outros. Além disso, partidos historicamente consolidados como o belga Vlaams Belang, o austríaco Freiheitliche Partei Österreich e o italiano Lega Nord vem realizando esforços para revitalizarem-se da mesma forma que a Front National. Nesta perspectiva, o estudo realizado na monografia pode auxiliar na compreensão das ações destes partidos em um futuro próximo, em especial caso os partidos analisados pelo trabalho obtenham sucesso em seu pleito nas próximas eleições parlamentares nacionais.

Em termos globais, defende-se que o estudo é aplicável em países fora do continente europeu, ainda que com certas limitações que se devem ao fato de que os países na Europa são desenvolvidos. Embora a direita esteja ascendendo novamente na América Latina, por exemplo, o subdesenvolvimento dos países latino-americanos é determinante para que reações diferentes ocorram à utilização do populismo. Inclusive, a tradição populista na região situa-se no espectro da esquerda política. Ainda, necessidade do estudo é reforçada pelo resultado das eleições presidenciais estadunidenses. Apesar de não pertencer à um partido com as características analisadas, Donald. J. Trump utilizou da retórica populista para conquistar um número massivo de eleitores cuja insatisfação com os partidos do establishment reverteu-se em votos para o candidato forasteiro. Por fim, o nacionalismo étnico é a base de diversos conflitos étnicos que ocorreram e ainda ocorrem no mundo. O estudo aplicado do seu desenvolvimento em diferentes circunstâncias é essencial para às Relações Internacionais.

Ainda, deve ser apresentado que esta pesquisa poderia ser mais ampla em dois sentidos, sendo o primeiro de dimensão espacial, assim compreendendo um número maior de partidos políticos com as características-base dos novos partidos radicais de direita, tanto no continente europeu, como em outras regiões do globo, podendo-se, a partir disso, confirmar a validade das hipóteses em outros países dentro e fora da Europa com melhor base teórica e convicção. O segundo sentido, de dimensão temporal, envolveria uma exploração em maior detalhe dos antecedentes políticos na complexa história dos países sede dos dois partidos analisados.

O sucesso de partidos como a Front National e o Partij voor de Vrijheid está muito provavelmente relacionado a uma mudança secular ocorrida nas democracias avançadas da Europa Ocidental, que transferiu o foco das políticas internas e externas dos países de questões de classe

para a realização da chamada política de resultados. Ao apelar para o ressentimento contra as elites, à nostalgia por um período idealizado e, especialmente, ao medo do diferente, estes partidos têm ampliado rapidamente a sua base de eleitores.

Conclui-se que, para frear este movimento, os partidos do establishment devem abandonar a velha estratégia de marginalização dos partidos políticos e atacar as falhas que estes possuem em termos do mérito de seus conteúdos programáticos. Além disso, é de extrema urgência a descoberta de uma estratégia que permita contradizer às suas políticas de terror.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. New York: Verso, 1983.
- BETZ, Hans-Georg. **Radical Right-Wing Populism in Western Europe**. London: Macmillan, 1994.
- BETZ, Hans-Georg. **Conditions Favouring the Success and Failure of Radical Right-Wing Populist Parties in Contemporary Democracies**. New York: Palgrave, 2002.
- BUZZI, P. Le Front national entre national-populisme et extrémisme de droite. **Regards sur l'actualité** N. 169. 1991
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1996.
- BOLAFFI, Guido et al. **Dictionary of Race, Ethnicity & Culture**. Londres: Sage, 2003.
- CALHOUN, Craig. J. **Nationalism**. Oxford: Open University Press, 1997.
- CONNOR, Walker. **The Quest for Understanding**. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- DARROCH, Gordon. Geert Wilders trial throws Netherlands' divisions in sharp relief. **The Guardian**. 31 out. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2016/oct/31/geert-wilders-trial-throws-netherlands-divisions-in-sharp-relief>>. Acesso em: 03 nov. 2016.
- DORUSSAN, Han. Pim Fortuyn and the New Far Right in the Netherlands. **Representation**, Vol. 40, No.2. 2004.
- DOWNS, Anthony. **An Economic Theory of Democracy**. New York: Harper and Brothers, 1957.
- GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- HOBBSBAWN, Eric J. **Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- KEATING, Michael. **Plurinational Democracy: Stateless Nations in a Post-Sovereignty Era**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

KESSEL, Stijn van. Explaining the Electoral Performance of Populist Parties: The Netherlands as a Case Study. **Perspectives on European Politics and Society N.1**, 2011.

LANDTSHEER, Christ'l de; KALKHOVEN, Lieuwe. **The Imagery of Geert Wilders, Leader of the Dutch Freedom Party (PVV)**. Apresentado no IPSA World Congress. Montreal, Julho de 2014.

LE PEN, Jean-Marie. L'Epoir. Paris: Albatros, 1985.

LE PEN, Jean-Marie. L'Epoir. Paris: Albatros, 1989.

MAIA, Tatiana Vargas. Not All Fascisms Are Created Equal: A Comparative Perspective On The Politics Of Nationality In Interwar Germany And Italy. **História e Cultura**, Vol. 4, No. 1. 2015.

MAYER, N. (1992). Des ejection sans vainqueur. **French Politics and Society. N.10**. 1992

McCRONE, David. **Understanding Scotland: The Sociology of a Nation**. London: Routledge, 1992.

MUDDE, Cas; EATWELL, Roger. **Western Democracies and the New Extreme Right Challenge**. New York: Routledge, 2004.

MUDDE, Cas. **Populist Radical Right Parties in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MUDDE, Cas. The Populist Radical Right: A Pathological Normalcy. **West European Politics N.6**, 2010.

MUDDE, Cas. Who's Afraid of the European Radical Right? **Dissent**, Vol. 58, No. 4. 2011.

MULLER, Jerry. Us and Them: The Enduring Power of Ethnic Nationalism. **Foreign Affairs**. March-April 2008. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/63217/jerry-z-muller/us-and-them/>. Acesso em 07 nov. 2016

NASCIMENTO, Paulo César. Dilemas do Nacionalismo. **Revista Brasileira em Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, No. 56. 2003.

NORRIS, Pippa. **Radical Right: Voters and Parties in the Electoral Market**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

PELINKA, Anton. **Right-Wing Populism: Concept and Typology**. London: Bloomsbury, 2013.

POLAKOW-SURANSKY, Sasha. The ruthlessly effective rebranding of Europe's new far right. **The Guardian**. 01 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2016/nov/01/the-ruthlessly-effective-rebranding-of-europes-new-far-right>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

POWELL, B.G.J. Extremist parties and political turmoil: two puzzles. **American Journal of Political Science**, N. 30. 1986

RYDGREN, Jens. The Sociology of the Radical Right. **Annual Review of Sociology**, N. 33. 2007.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SHIELDS, James. The Extreme Right in France: from Pétain to Le Pen. London: Routledge, 2007.

SHULMAN, Stephen. Challenging the Civic/Ethnic and West/East Dichotomies in the Study of Nationalism. **Comparative Political Studies** N. 35, 2002.

SMITH, Anthony. Dating the Nation. In: CONVERSI, Daniele. **Ethnonationalism in the Contemporary World: Walter Connor and the study of nationalism**. New York: Routledge, 2003.

SPIERINGS, Niels et al. Gender and Populist Radical-Rights Politics: And Introduction. **Patterns of Prejudice**, Vol. 49. No. 1-2, 3-15. Abr. 2015.

TAGGART, Paul. **Populism**. Buckingham: Open University Press, 2000.

TAGUIEFF, P.A. **La Force du préjugé: essai sur le racisme et ses doubles**. Paris: La Découverte. 1988.

TODD, Emmanuel. **Who is Charlie? Xenophobia and the New Middle Class**. Cambridge: Polity Press, 2015.

VOSSSEN, Koen. Populism in the Netherlands after Fortuyn: Rita Verdonk and Geert Wilders Compared. **Perspectives on European Politics and Society**, Vol. 11, No. 1. 2010.

VOSSSEN, Koen. Classifying Wilders: The Ideological Development of Geert Wilders and His Party for Freedom. **Politics**, Vol. 31, No. 3. 2011.

WILDERS, Geert. **Press Conference Europe of Nations and Freedom**. Milão, 29 de janeiro de 2016. Discurso.

WODAK, Ruth. **The Politics of Fear: What Right-Wing Discourses Mean**. Los Angeles: Sage, 2015.

ZEISSET, Maggie. The Happiest Xenophobes on Earth: Examining Anti-Immigrant Sentiments in the Nordic Countries. **Res Publica - Journal of Undergraduate Research N. 21**. 2008